

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**RECASAMENTO
IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONJUGALIDADE E
NA PARENTALIDADE**

LUDMILLA FURTADO DA SILVA

**Seropédica/RJ
Junho, 2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Recasamento
Identificando Representações Sociais na Conjugalidade e na Parentalidade

LUDMILLA FURTADO DA SILVA

Sob a orientação da Professora:
Dr^a Luciene A. M. Naiff

Dissertação submetida como requisito para obtenção
do grau de **Mestre em Psicologia** no programa de
Pós-Graduação em Psicologia

Seropédica, RJ

Junho de 2016

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F587 Furtado da Silva, Ludmilla, 1982-
RECASAMENTO: IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
NA CONJUGALIDADE E NA PARENTALIDADE / Ludmilla
Furtado da Silva. - 2016.
86 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Psicologia, 2016.

1. Recasamento. 2. Conjugalidade. 3.
Parentalidade. 4. Representações Sociais. I. Alves
Miguez Naiff, Luciene, 1969-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós Graduação em Psicologia III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA


**RECASAMENTO
IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONJUGALIDADE E
NA PARENTALIDADE**

LUDMILLA FURTADO DA SILVA

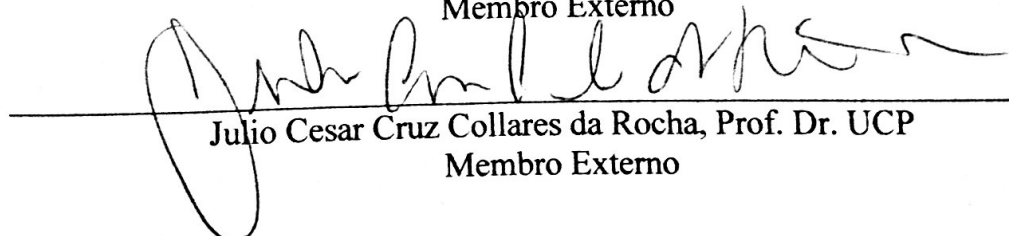
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28 DE JUNHO DE 2016



Luciene Alves Miguez Naiff, Prof.^a Dra. UFRRJ
Presidente



Edna Lúcia Ponciano Tinoco, Prof.^a Pós-Dr.^a. UERJ
Membro Externo



Julio Cesar Cruz Collares da Rocha, Prof. Dr. UCP
Membro Externo

Aos meus sobrinhos Alex Junior e João Pedro, por ser, em boa parte, a motivação necessária para que eu me torne melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

A Josué Pereira, meu namorado e futuro marido, por te me ajudado com sua tolerância e por ter me amado nos momentos em que perdi o controle achando que não conseguiria.

A Edjane Rocha, minha colega de mestrado, amiga de vida e futura madrinha de casamento, pelas trocas, parceria e cumplicidade.

A Luciene Naiff, minha orientadora, por ter me ajudado e me ensinado a superar meus limites, meus medos e minha insegurança. Com ela aprendi que sou capaz.

A Capes, que me concedeu a bolsa de estudos, com a qual eu pude ter tranquilidade para me dedicar com mais afinco.

Aos Professores Edna Ponciano e Julio Rocha, que aceitaram carinhosamente participar da minha banca de dissertação.

A minha mãe Maria Amélia Furtado, por torcer e rezar por mim sempre.

A minha irmã Liliane Furtado, por ser grande admiradora do meu trabalho.

Aos meus amigos que souberam respeitar minhas ausências e me apoiaram nessa jornada, de modo especial ao Matheus de Faria que se tornou um irmão.

Aos meus pacientes, que mesmo sem saber, colaboraram muito para meu desenvolvimento profissional.

A Casa do Menor São Miguel Arcanjo, que deu total liberdade para que eu pudesse desenvolver essa dissertação.

A Deus, sem Ele nada sou, nada tenho e nada posso.

RESUMO

Em tempos atuais, observa-se um número crescente de casamentos desfeitos, sendo que, em muitos casos, as pessoas voltam a se relacionar e até mesmo casam-se novamente. Dessa forma, encontramos na sociedade um número considerável de famílias recasadas nas quais, após o fim do primeiro casamento, um dos pares ou ambos voltam a constituir novas uniões. Carter e McGoldrick (1980/1995) indicam que o processo de recasamento é muito complexo, uma vez que mais sistemas familiares estão envolvidos, de modo que a vivência emocional e as tarefas desenvolvidas no ciclo vital tornam-se um desafio a mais para o casal que recasa. Quando há o recasamento, além dos ajustes decorrentes da união entre as famílias envolvidas, há outros elementos que se colocam no caminho deste novo momento na vida, tais como a família de origem, o primeiro casamento, os filhos, e também o período transitório entre um casamento e outro. Essa complexidade é bem explicada por Carter e McGoldrick (2001), quando afirmam que um segundo casamento envolve o entrelaçamento de duas, três, quatro ou mais famílias. Diante do exposto, focamos nesse trabalho investigar as representações sociais dos casais que se recasam, utilizando a Teoria das Representações Sociais como norteadora do trabalho. Segundo Moscovici (1978) representação Social é “uma modalidade de reconhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.” Adotamos a análise de conteúdo como instrumento metodológico. Realizamos 20 entrevistas com pessoas recasadas que tinham filhos do casamento anterior ou que o seu companheiro (a) tivesse filhos do casamento anterior para que pudéssemos assim investigar a parentalidade. Nos resultados encontrados percebemos que as representações sociais da conjugalidade e da parentalidade ocorrem por meio das trocas da comunicação e das experiências vividas no núcleo de relação conjugal e parental. Dessa forma, verificamos que os sentidos observados são reflexos do espaço social de pertença.

Palavras Chaves: Recasamento, parentalidade, conjugalidade, representações sociais.

ABSTRACT

In current times, the increasing number of undone marriages can be observed, and, in many cases, people start to be acquainted with others or even get married again. Thus, we can find a considerable number of remarried families in the society in which, after the first marriage, one of the pairs or both build further unions. Carter and McGoldrick (1980/1995) mention that the process of remarriage is too complex, once that more family systems are involved, in a way that the emotional experience and the developed assignment on the life cycle become a challenge to the couple that remarry. When the remarriage exists, besides of the elapsed adjustments of the union between the involved families, there are other events that are put in the way of this new moment in life, such as the original family, the first marriage, the children, and also the transitory period between one marriage to another. Such complexity is well explained by Carter and McGoldrick (2001), when they affirm that a second marriage involves the interlacement of two, three, four or more families. Before of what we expose, we focus this work in investigate the social representations of couples that remarry, we made use of the Social Representations Theory as guidance for this essay, because according to Moscovici (1978) social representation is “modality of particular recognition that has as function the elaboration of behaviors and the communication between individuals.” We adopted the content analysis as methodological tool. Twenty interviews were made with remarried people that had children from their previous marriage or that his/her partner had children from the previous marriage so we could inquire the parenthood. In the results that were found, we could realize that the Social Representations of conjugality and parenthood occurs in the middle of communications exchanges and the experiences lived on the core of the marital and parental relationship. So, we could inspect that the observed senses are reflections of the social space of membership.

Key words: Remarriage, parenthood, conjugality, Social representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - RECASAMENTO: CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE.....	15
1.1 - O Contexto histórico do Casamento.....	15
1.1.1- Crises, conflitos e separações.....	19
1.2 - Conjugalidade e parentalidade no recasamento.....	22
1.2.1-A formação do novo casal: acabou o conto de fadas.....	25
1.2.2- Os meus, os seus, os nossos: é possível?.....	30
CAPÍTULO 2 - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	37
2.1 Percurso histórico.....	37
2.2- Definição de Representações Sociais:.....	40
2.3-Ancoragem e objetivação:.....	42
2.4-Abordagens da Representação Social.....	45
CAPÍTULO 3 – OBJETIVOS E MÉTODO.....	47
3.1- OBJETIVOS.....	47
3.1.1- Objetivos Específicos.....	47
3.2- MÉTODO.....	48
3.2.1- Participantes.....	48
3.2.2- Instrumentos.....	49
3.2.3- Procedimento para coleta de dados.....	49

3.2.4 – Procedimentos de análise dos dados.....	50
CAPITULO 4 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	52
4.1- Residem na mesma casa.....	52
4.2 – Mudanças das pessoas que moram na casa.....	54
4.3- Contato com ex companheiro (a).....	56
4.4- Filhos do casamento.....	58
4.5- Se separar.....	59
4.6- Motivos para se separar.....	62
4.7 - Motivos para recasar.....	65
4.8 - Relações parentais.....	67
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	70
5.1 – Conjugalidade e Representações Sociais:.....	70
5.2 – Parentalidade e Representações Sociais:.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

O termo família, além de abarcar um conjunto de pessoas, representa também uma construção social, instituída por normas, valores e representações, transmitidas pelos pais aos filhos de forma cultural. Essa instituição tem o intuito de imprimir em seus componentes determinadas orientações para a vida social, inclusive quando se trata do plano afetivo, como por exemplo, doação, afeto e confiança.

Além possuir uma existência objetiva, como grupo de pessoas, a família também se constitui como uma instituição, uma vez que é uma categoria existente dentro do plano do senso comum, ditando e descrevendo, o que é ou como deve ser uma família (Bourdieu, 1993, 1996, Therborn, 2006). A família funciona como um espaço de reprodução tanto biológica, que se refere à idéia de multiplicação, ou seja, procriação, quanto no que se refere à idéia social, relacionada diretamente a socialização dos filhos e à construção de normas e regras sociais. Dessa forma a instituição família vai se adequando assim como adequando o comportamento dos filhos a uma ordem coletiva mais geral, que extravasa a unidade familiar (Durham, 1983; Romanelli, 1995).

No século XIV, aconteceu o desenvolvimento da família moderna com o surgimento do patriarcalismo, e em consequência disso, a mulher foi se tornando cada vez mais submissa ao homem. Então, deu-se a partir da família “o fundamento do poder monárquico” e que também sofreu fortes influências da religiosidade (Ariès, 1973). Segundo Corrêa (1982), a família patriarcal é a imagem que mais representa a família brasileira. Este modelo acaba por ser um tipo fixo onde os integrantes apenas são trocados no decorrer das gerações, mas nada coloca em perigo a sua hegemonia. E a família, no contexto da história brasileira, sempre foi vista como uma instituição que estabelece normas e valores morais desde o Brasil Colônia (Samara, 2002).

Com base no primeiro censo que foi realizado no Brasil, no ano de 1872, até 1996, notou-se o aumento da população feminina no país. Este fato traz mudanças no modelo de organização das famílias, porque nos séculos XVI, XVII e XVIII, a população era liderada pelos homens. Segundo Samara (2002), o advento da industrialização e da urbanização (êxodo rural), também trouxe consequências para a estrutura familiar. A mulher inicia sua atuação na indústria em um tipo de trabalho não qualificado e também na indústria têxtil. Exerciam ‘cargos’ como o de costureira, lavadeira e outros trabalhos domésticos. As mulheres começaram a aparecer gradativamente no início do século XX. Desse modo elas também contribuíram para a expansão do mercado de trabalho brasileiro. (Samara, 2002).

Em pesquisa realizada por Fleck & Wagner (2003) pode-se perceber que apesar de haver transformações nos padrões e no modo de funcionamento das famílias onde a mulher passou a ser responsável pela maior parte do sustento econômico, ela ainda está sustentada no modelo tradicional de conceber e representar suas relações. Foi percebido também que não houve nenhuma mudança significativa na forma como essas famílias representam a sua estrutura.

“(...) os homens não assumiam a responsabilidade pela esfera doméstica da mesma forma que as mulheres passaram a assumir a condição de principal provedora do sustento. Os esposos, nesses casos, auxiliavam nas tarefas relacionadas ao lar, mas não com a mesma responsabilidade feminina. A mulher ainda se sentia responsável por esses cuidados, necessitando conciliar, constantemente, as demandas das esferas pública e privada” (Fleck & Wagner, 2003)

Nas pesquisas realizadas por Perucchi & Beirão (2007) foi apontado como entraves pelas mulheres provedoras da família a dupla ou múltiplas jornadas de trabalho, ou seja, o fato de ter que conciliar as responsabilidades domésticas com o trabalho, os diferentes níveis de exigências do mercado trabalho, e a responsabilidade pelos cuidados com os filhos. Foi enfatizado também na pesquisa a grande responsabilidade de educar os filhos já que exercem papel de pai e mãe:

(...) a maioria delas se reconhece desempenhando funções paternas e maternas. A distinção dos papéis de pai e mãe foi feita por meio de construções sociais de gênero no que tange às atribuições de masculino/feminino, construídas a partir das diferenças sociais atribuídas às diferenças sexuais. As construções de gênero, baseadas no modelo patriarcal, ficaram evidentes na fala das informantes, relacionando a maternidade à sensibilidade e à submissão e a paternidade à força e à atividade. O pai continua a ocupar, nessas concepções, um lugar de respeito e de autoridade sobre a família (Perucchi; Beirão, 2007).

Henriques; Féres - Carneiro e Magalhães (2006) escreve que há três tipos de família: a tradicional, caracterizada pela autoridade paterna; a moderna, caracterizada por ser mais nuclear e influenciada pelo individualismo, sendo pouco ligada a laços de parentesco e há também, a pluralística, caracterizada pelos novos arranjos familiares, sendo mais flexíveis e igualitárias e menos permanentes.

Em tempos atuais, observa-se um número crescente de casamentos desfeitos, sendo que, em muitos casos, as pessoas voltam a se relacionar e até mesmo casam-se novamente. Dessa forma,

encontramos na sociedade um número considerável de famílias recasadas nas quais, após o fim do primeiro casamento, um dos pares ou ambos voltam a constituir novas uniões. As pesquisas sobre o recasamento começaram a surgir no cenário científico na década de 1970, e diversos autores apontam que as primeiras pesquisas ocorreram nos Estados Unidos (Bucher & Rodrigues, 1990; Guerreiro, Oliveira, & Souza, 1999). No Brasil, os trabalhos desenvolvidos sobre este tema tiveram início na década de 1980 (Bucher & Rodrigues, 1990), no entanto em número bastante reduzido. Atualmente observa-se a escassez de pesquisas brasileiras sobre o tema recasamento, apesar de existir interesse crescente nos aspectos relacionados à conjugalidade.

Os estudos sobre o recasamento que surgiram na década de 1970 abordavam mais especificamente dados demográficos sobre o assunto. A partir da década de 1980, outros interesses foram surgindo, tais como:

- Opinião, percepção, visão, crenças, valores dos envolvidos (pais, padrastos, madrastas e crianças);
- Modelos de intervenção;
- Funcionamento da família recasada;
- Consequências do recasamento no desenvolvimento dos filhos;
- Recasamento e saúde;
- Questões legais e casos específicos de famílias recasadas (famílias homossexuais e famílias de imigrantes).

Carter e McGoldrick (1980/1995) indicam que o processo de recasamento é muito complexo, uma vez que mais sistemas familiares estão envolvidos, de modo que a vivência emocional e as tarefas desenvolvidas no ciclo vital torna-se um desafio a mais para o casal que recasa. Quando há o recasamento, além dos ajustes decorrentes da união entre as famílias envolvidas, há outros elementos que se colocam no caminho deste novo momento na vida, tais como a família de origem, o primeiro casamento, os filhos, e também o período transitório entre um casamento e outro.

No passado, já existiam famílias reconstituídas formadas por padrastos, madrastas, meio-irmãos, ou por uma criança criada por um casal diferente daquele que a gerou. O que representa uma mudança real surge efetivamente na medida em que o próprio fenômeno ocorre e, principalmente, o fato de que os pais biológicos estão vivos e levam uma vida

separada, sozinha ou inserida em outra família, dedicando parte do seu tempo a crianças e jovens da idade dos seus filhos, nascidos de outras uniões (Andolfi, 2002).

Essa complexidade é bem explicada por Carter e McGoldrick (2001), quando afirmam que um segundo casamento envolve o entrelaçamento de duas, três, quatro ou mais famílias. É através deste processo, que o sistema familiar recasado estabiliza-se e recupera sua confiança desenvolvimental, passando a ser visto como um acréscimo e como uma nova fase no ciclo vital.

Bernstein (2002) afirma que o recasamento, mais do que o primeiro casamento, implica a desconstrução da instituição do casamento em si. Quando o primeiro casamento não resiste, isso mostra às pessoas que estão envolvidas que os conceitos típicos de nossa cultura sobre união conjugal ideal podem não ser adequados para as condições de nossa vida atual.

O fator motivador nessa pesquisa surgiu a partir de uma especialização em Terapia de família e casal realizada na PUC/RJ e do trabalho realizado em instituição de acolhimento, onde muitas crianças e adolescentes estão acolhidos após o recasamento de seus pais. Dentro desta perspectiva interessou-nos pesquisar a representação e/ou representações de pessoas recasadas levando em consideração a conjugalidade e a parentalidade. Utilizamos a Teoria das Representações Sociais, pois segundo Moscovici (1978) representação Social é “uma modalidade de reconhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.”

Nessa dissertação tivemos como pretensão englobar essas duas temáticas, sendo assim, o interesse está tanto na abordagem social quanto na psicológica, mas com o cuidado de não reduzir o indivíduo a um ou a outro aspecto. Dessa forma, discutimos de modo a integrar o social e o indivíduo, sem uma preocupação excessiva da investigação que fosse tendencioso para um dos lados. Por esta perspectiva de análise, enfocamos a participação do indivíduo na construção de sua realidade ao mesmo tempo em que é construído por ela, atentando para o engendramento cotidiano desses elementos, o que caracteriza a abordagem psicossocial.

No âmbito da abordagem psicossocial, utilizamos a Teoria das Representações Sociais (TRS), como já mencionamos. Em seus cinquenta anos de existência, a TRS tem sofrido aprimoramentos metodológicos e teóricos; contudo, demonstra, ainda, ser uma área profícua para maiores aprofundamentos. Representar algo é reconstruí-lo dando um significado, em um processo no qual não existe uma separação entre o universo interior e o exterior (Sobrinho, 2000). As representações sociais são sistemas de interpretação que regem a relação das pessoas com o mundo e com os outros, ou seja, orientam as condutas e as comunicações

sociais (Jodelet, 2001). Esse sistema de interpretação é “determinado ao mesmo tempo pelo próprio indivíduo (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual está inserido e pela natureza dos vínculos que o indivíduo mantém com esse sistema social” (Abric 2001, p. 156). A representação de um determinado objeto não acontece de forma isolada. De fato, os objetos são captados em determinados contextos e relações e o sentido da representação de um objeto advém das relações com outras representações de outros objetos, formando assim um campo representacional (Andrade, 2000). O estudo das representações sociais permite maiores aprofundamentos, pois são poucos os estudos que verificam a relação entre representações de vários objetos.

A partir da descrição acima, investigou-se: a Representação Social da conjugalidade e da parentalidade e as práticas utilizadas no cotidiano conjugal entre homens e mulheres heterossexuais com seus filhos (as) e enteados (as).

Nossa dissertação conta de cinco capítulos que foram divididos da seguinte forma; Capítulo 1 abordamos o objeto de nossa pesquisa: RECASAMENTO, onde procuramos investigar o percurso e as mudanças ocorridas na noção de família, buscamos uma contextualização sócio-histórica do modelo de família nuclear moderna. Abordamos os temas casamento, separação conjugal e recasamento, através de uma revisão da literatura que inclui autores da sociologia, da psicologia e da clínica com família e descrevemos também a conjugalidade e a parentalidade em casais recasados que pressupõe a correlação dos membros do casal e em seguida descrevemos sobre as mudanças e a perspectivas dos filhos e da família que recasa.

No Capítulo 2 abordamos a da teoria que deu suporte a nossa pesquisa: TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Escolhemos essa teoria, pois, segundo Mead (1863-1931), as Representações Sociais têm a importância que dá a linguagem na constituição humana, uma vez que a linguagem é propriamente social; e segundo por acreditar que a pessoa introduzida na massa assume um comportamento diferenciado do que quando se encontra de maneira isolada, *“consideradas como sofrendo mudanças em suas qualidades psíquicas, perdendo algumas e adquirindo outras”*.

No Capítulo 3 tratamos do método da pesquisa e seus objetivos, incluindo números de participantes, procedimento de coletas de dados e instrumentos. No Capítulo 4 desenvolvemos a análise de dados e o último capítulo aborda a discussão de dados sobre representação social na conjugalidade e na parentalidade. Ainda apresentamos as considerações finais desse estudo na última parte.

CAPÍTULO 1 - RECASAMENTO: CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE

1.1 - O Contexto histórico do Casamento

A escolha do parceiro amoroso, a formação da família, a inclusão de novos membros, os laços de sangue e os laços afetivos, têm passado por diversas mudanças ao longo do tempo. Assim como têm mudado também a forma de investigação e os estudos sobre esse assunto.

Os primeiros estudos sobre o recasamento, por exemplo, voltam sua atenção para os conflitos enfrentados pelas famílias recasadas que, quando comparadas às famílias casadas, eram avaliadas de forma negativa quanto a sua função. As investigações mais recentes, porém, têm considerado a complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis das famílias recasadas, além de procurar entender as especificidades da conjugalidade e da parentalidade (McGoldrick e Carter, 1989; Ponciano, 1999).

No entanto, para entrarmos em contato com essas novas formas de relações conjugais, precisamos entender a formação do casamento. Não é nossa intenção nos aprofundarmos no casamento ao longo do tempo, contudo, faz-se necessário um breve relato sócio-histórico da constituição da família moderna.

Antigamente o casal se formava sem grandes questionamentos. O casamento constituía o início da vida em comum. A conjugalidade marcava a passagem da juventude para a vida adulta. Os cônjuges rapidamente se inseriam em um conjunto de regras e normas que definiam suas práticas conjugais. De um dia para o outro os papéis mudavam, passavam de filhos que moravam com os pais, para esposos e esposas que coabitavam e agiam segundo um quadro institucionalizado (Dias, 2000).

Travis (2003) descreve que o nascimento da família moderna e as mudanças ocorridas no final do século XVII e XVIII estão relacionados ao tratamento dado às crianças e à vida privada. Segundo a autora, até então crianças e adultos misturavam-se na comunidade, participando de todos os eventos públicos da coletividade. Ariès (1973) *apud* Travis (2003) para defender a tese de que as existências “densas e coletivas”, não davam lugar para um setor privado, salienta que a função da família era, então, a de transmissão de vida, de bens e de nome. A autora descreve que a preocupação com a educação infantil, no início dos tempos modernos, foi na opinião de Ariès (1973) um acontecimento marcante na transformação da família, surgindo como mais um fator relevante em sua privatização e modernização.

Desse modo, os filhos tornam-se o centro das atenções, acontecendo dessa forma o prolongamento da infância, que passa a ser protegida e controlada. Para Travis (2003) novos

sentimentos surgiram a partir dos cuidados com a educação das crianças e de sua separação das atividades dos adultos: o sentimento de infância e o sentimento moderno de família. Esses acontecimentos nos levam a pensar que o passado e o presente da família são elementos indissociáveis, na tentativa de compreendermos seu processo contemporâneo de construção.

Saraceno (1997) afirma que a família moderna, como a “família dos sentimentos” e da educação, nasce em torno das figuras da mãe e da criança. Para a autora, essas figuras interdependentes estão circunscritas a um espaço que é cada vez mais doméstico e familiar. Saraceno (1997) acrescenta que, como parte do projeto educativo, médicos, reformadores e os próprios maridos insistiam para que as mulheres assumissem os cuidados dos filhos, renunciando ao uso das amas, a quem durante séculos haviam confiado suas crianças. Nascia, então, o sentimento materno, criado em nome de uma maior segurança e de uma maior moralidade e responsabilidade, construído social e culturalmente (Badinter, 1985).

Sobre o pai, Saraceno (1997) afirma que o processo é menos “explícito e linear”, mantendo as características de poder e autoridade da forma de família que precedia este novo formato. Os “maridos/pais” tomam para si a função de promover, em sua própria família, os “novos modelos pedagógicos e higiênicos e sanitários” (p.132), relacionados aos seus filhos e esposas.

Travis (2003) descreve que paralelamente à nova função das mães, em relação à educação e aos cuidados com as crianças, surge, no século XIX, a necessidade de regulação ou controle do número de filhos. Surgem os métodos contraceptivos “naturais”, o que produz uma modificação profunda nas relações entre os cônjuges e na interpretação da sexualidade. A contracepção aparece como uma atitude revolucionária, visto que o ato sexual, antes necessário para procriação, parecia ser exclusivamente comandado pela natureza. Neste primeiro momento a responsabilidade e o controle sobre a contracepção é masculino. O homem precisa controlar seus impulsos sexuais. Com isso, podemos perceber uma forma inicial de construção do casal conjugal moderno, que começa a decidir sobre sua sexualidade e o tamanho de sua própria família.

Na década de 1970, deu-se o fenômeno que Segalen (1996) chamou de “a segunda revolução contraceptiva”, com o surgimento das pílulas contraceptivas e DIU (dispositivo intra uterino). Nesse momento a contracepção é feminina. Na opinião da autora, embora ambas tenham a mesma finalidade, o controle da natalidade, representam relações muito diferentes com a sociedade.

À medida que a união do casal é considerada a base sobre a qual será constituída a família, entendemos que o casamento como qualquer outro fenômeno da instituição familiar, deve ser investigado numa perspectiva histórica. De modo que o casamento tinha uma fundamental importância na continuidade família tradicional, a escolha do cônjuge era administrada por um conjunto de mecanismos sociais, econômicos e políticos que levavam em conta fatores como acordos entre famílias e possíveis vantagens e potencialidades do que viria a ser a união das mesmas.

Na realidade, a importância do casamento estava associada aos interesses das famílias, e não aos sentimentos de amor ou aos desejos individuais do casal em si. O casamento, nessa época, era um acordo entre famílias nobres, que objetivava o bem entre elas. A principal razão para um casamento acontecer era servir de base para possíveis alianças cuja importância se sobrepunha ao amor e à sexualidade. A escolha, a paixão e o amor não tinham peso nenhum nessas decisões, e a sexualidade era parte da aliança firmada visando a reprodução (Araújo, 2002, p. 2). O casamento entre as famílias pobres não era diferente, uma vez que era um meio para organizar o trabalho agrário (Giddens, 1993).

Giddens (1993) afirma que a ausência de amor e paixão entre os casados era verificada no seu cotidiano, já que as carícias entre os cônjuges eram raras e nesse sentido, a prática da sexualidade não acontecia no casamento, mas fora dele. Isso era percebido tanto no comportamento dos homens quanto no das mulheres. No entanto, a licenciosidade sexual era permitida às mulheres nas camadas sociais mais nobres (Giddens, 1993). Essa permissividade estava relacionada a três fatores: ao poder que determinadas mulheres tinham, à liberação das exigências de reprodução (provavelmente isso ocorria quando já haviam contribuído para a descendência da família do marido) e à liberação do trabalho rotineiro.

Já na década de 1950, a escolha do cônjuge mostrava que o encontro das pessoas se dava ao acaso e os casamentos aconteciam por amor. A continuidade do casamento também se dava por amor, da mesma maneira que a falta de amor podia ser considerado como motivo suficiente para que um casamento terminasse.

Verificamos então que as formas socialmente aceitas para a escolha do cônjuge e a estrutura das relações sociais e familiares estão estreitamente relacionadas. Travis (2003) descreve que as transformações sociais e familiares, resultantes da possibilidade contemporânea de escolha amorosa, são fundamentadas na ideologia do amor. Goode (1964) *apud* Travis (2003) ressalta que o casal, a partir da existência de uma maior autonomia espacial, econômica e social em relação à família extensa, passa a se concentrar mais na

relação conjugal. Assim, seus membros buscam solidariedade, afeto e apoio um no outro, construindo um modelo matrimonial baseado na intimidade e na cumplicidade.

Os modelos de relação conjugal na contemporaneidade dão maior ênfase a satisfação de cada membro da relação e sua autonomia que necessariamente a relação de dependência entre eles. Mas mesmo existindo essa individualização faz-se necessário a construção de uma zona comum de interação e de uma identidade conjugal. Desse modo, o casal contemporâneo é confrontado e cotidianamente coloca em confronto por duas forças paradoxais: convívio da individualidade com a conjugalidade. Féres-Carneiro (1998) ressalta que se por um lado, os ideais que são individuais acabam por estimular a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, aparece nitidamente a necessidade de vivenciar a vida à dois, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Singly (1993), ao descrever sobre as características individualistas da família e do casal contemporâneo, ressalta a importância da qualidade das relações estabelecidas entre os seus membros. A conjugalidade vai se manter enquanto for prazerosa e tiver utilidade para os cônjuges. O autor destaca que valorizar os espaços individuais significa, muitas vezes, enfraquecer os espaços conjugais, assim como fortalecer a conjugalidade vai demandar, quase sempre, ceder diante das escolhas individuais.

Singly (1993) afirma ainda que numa sociedade onde está referenciado o "eu", a família se faz importante, na medida em que promove a constituição de um indivíduo autônomo. No entanto, evidencia a contradição interna da família: ao mesmo tempo em que as relações de dependências são necessárias, elas também são negadas. Na relação conjugal, assim como na relação parental, a necessidade de interdependência e a negação desta necessidade criam internamente tensões. É preciso ser "um" em sendo "dois".

O possível fortalecimento da vida conjugal, resultante de uma maior autonomia e de maior privacidade do casal, é um dos aspectos das mudanças ocorridas no modelo de casamento. É este modelo que pressupõe igualdade e reciprocidade na vida afetiva dos parceiros, também desencadeia uma série de questões relacionadas ao lugar ocupado pelo homem e pela mulher, não apenas dentro da relação, mas, também, no plano social. A divisão de tarefas, a liberdade individual, a liberdade profissional, a possibilidade de transitar por território público, acabam por trazer à tona novas questões acerca da relação conjugal.

1.1.1- Crises, conflitos e separações.

Considerando a manutenção do mesmo casamento ao longo da vida, que deixou de ser lugar comum atualmente, e que a ausência de filhos pequenos desloca as atenções dos membros do casal para a relação conjugal, Jablonski (1991) comenta que o juramento “até que a morte os separe” torna-se, cada vez mais, uma tarefa complexa a ser cumprida.

Família e casamento são fenômenos intrínsecos. Uma crise na família afeta o casamento e vice-versa. Na medida em que família e sociedade influenciam-se mutuamente e continuamente, é possível assim entendermos as muitas resistências às mudanças que ocorrem em ambas.

O casamento no civil, na igreja ou as uniões estáveis são modos diferentes de formação de um casal e, conseqüentemente, de dar início a uma família. Cada modelo de casamento tem sua aceitação, valorização na sociedade baseado princípios culturais, religiosos ou legais. Assim como é atribuído escala de valor social diferente para cada tipo de arranjo conjugal, as famílias constituídas a partir dessas uniões também recebem um grau maior ou menor de “oficialização” perante os olhos da sociedade. No Brasil, as leis estão garantindo os direitos das famílias de uniões consensuais reduzindo, pelo menos no que se refere a lei, a noção de “mais” ou “menos” família ou casal.

As mudanças contemporâneas no quesito casamento alteram seu lugar no quadro do ciclo de vida familiar. McGoldrick (1999) sinaliza que nos EUA, os casais iniciam a vida sexual mais cedo, no entanto eles estão casando-se cada vez mais tarde. Uma grande parte dos jovens optam por uniões informais antes do casamento. Mais da metade dos casamentos são precedidos por um período de coabitação. O casamento, que na antiguidade representava a transição para a vida adulta, hoje reflete uma continuidade desta etapa, visto que o nascimento dos filhos está sendo adiado cada vez mais, principalmente nas camadas médias e altas da população.

Na opinião de McGoldrick (1999), o dilema de tornar-se um casal é, provavelmente, o maior entre os demais conflitos do ciclo vital. A autora esclarece a razão disto, observando que o casamento é a única relação familiar que juramos ser “exclusiva” e “para sempre”, embora seja a relação na qual exista a menor probabilidade de o juramento ser cumprido. Para a autora, quando o casal percebe que o casamento não é mais possível, é senso comum que a decisão de separação está efetivamente ligada ao sofrimento, a dor e tristeza, mesmo nas separações onde ambos estão de acordo e percebem que os laços afetivos perderam sua intensidade ou se deterioraram.

Em todas as formas de rompimento da relação conjugal, a perda e o sentimento de vazio são fatos recorrentes, podendo variar apenas em intensidade. É pouco provável que alguém consiga sair sem sofrimento de uma experiência marital. Segundo Porchat (1992), mesmo que a separação possa parecer um alívio, essa sensação pode vir intercalada com sentimentos de desespero e desamparo. Para a autora ninguém “sai impune de um casamento” (p.104).

Porchat (1992) descreve que a separação conjugal é a segunda experiência emocional - a primeira é a morte de pessoas queridas - que pode motivar quadros de depressão. Segundo ela, a experiência de separação pode provocar um sentimento de ligação com quem não faz mais parte de sua vida. Dessa forma é necessário elaborar o “luto” que na maioria das vezes pode durar anos e com isso impedir a construção de uma nova relação amorosa.

Somos levados a pensar que a dissolução do vínculo amoroso e por consequência o fim do casamento ocorre no momento de transição da relação, no qual os interesses que antes eram do casal passam a ser individuais. Após o período transitório “é o momento de conciliar o amor próprio e o amor pelo outro, negociar nossos dois desejos de liberdade e de simbiose” (Badinter 1986, p. 266). Acreditamos que a partir dessa negociação entre liberdade e simbiose é possível uma resignificação no que se refere a vida amorosa ou união conjugal.

Embora nosso maior interesse seja no recasamento e não na análise da separação conjugal, devemos estar atentos aos impactos que este fenômeno carrega para a nova união. Entendemos que, mais uma vez se faz necessário levar em conta a perspectiva histórica relacionada ao tema. O modo como a sociedade lida com a questão das leis e com as implicações familiares da separação de um casal, influencia muito na construção de novas relações. Este aglomerado de informações englobam as questões objetivas, a guarda dos filhos, a divisão de bens, a responsabilidades financeiras e também ao grau de integração e aceitação dos membros da família nesta sociedade.

Depois de uma longa batalha política o divórcio no Brasil foi instituído em 1977. Brito (1993) comenta que a Lei 6515 de 26 de dezembro de 1977, conhecida popularmente como Lei do Divórcio, “foi a mais relevante nos tempos atuais no que diz respeito ao Direito de Família no Brasil” (p.56).

Toda a problemática relacionada à indissolubilidade do casamento no Brasil e com isso a impossibilidade de construir um segundo casamento legal, teve origem na influência que a Igreja Católica exercia sobre a sociedade. Abreu (1981) descreve que no século XIX o conceito de casamento era tratado como “elementos espirituais ou morais que uma prática jurídica não comportava” (p.10), e mesmo com a instituição da lei 6515, a Igreja Católica

continua exercendo forte pressão para que os casamentos não sejam desfeitos e que novas uniões não sejam aceitas.

Paradoxalmente, a Igreja Católica demonstra estar atenta ao desejo de seus fiéis recasados de voltarem a participar de atividades religiosas. Encontramos um artigo intitulado “Nova aliança”, que foi publicado há 13 anos por uma revista semanal de abrangência nacional. Tal estudo apresentou a situação dos casais recasados usando um termo específico, que por si só já é segregador - “paróquia dos excluídos”, expressão utilizada para denominar os católicos que foram proibidos de exercer sua fé em virtude do divórcio e do recasamento. O artigo dessa revista descreve os movimentos existentes em diversas regiões do Brasil, que com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tinham como objetivo discutir o recasamento e incluir os casais recasados nas atividades da igreja.

Destacamos o seguinte trecho do artigo, que citava as palavras do Padre Jesus Hortal Sánchez, na época, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e especialista em direito canônico:

A Igreja tem de responder às necessidades do seu tempo. (...) O fracasso de muitos casamentos é um fato social inegável. A Igreja hoje reconhece a segunda união como um fato (Revista Isto é, n.1728, p.66-68, 13 de novembro de 2002).

Embora os representantes da igreja estejam cientes da nova realidade, na prática a Igreja ainda não realiza recasamentos. Parece haver um desejo da Igreja, há algum tempo em contornar a situação, conforme nos mostra mais um fragmento do texto publicado:

Mas, mesmo sem dar o sacramento em cerimônias tradicionais, a Igreja tem abençoado casais de segunda união por meio de suas coordenações diocesanas, comandadas por um colegiado de leigos e padres. Embora a ousadia não tenha acolhimento unânime, alguns padres já dão informalmente o sacramento da eucaristia a casais de segunda união em ocasiões especiais, como aniversário de um dos cônjuges ou missas de Natal (Revista Isto é, n.1728, p.66-68, 13 de novembro de 2002).

O artigo dessa revista de 2002 já ressaltava a quantidade de recasamentos existentes no Brasil, mostrando que há 13 anos já existiam mais de cinco milhões de desquitados ou

divorciados que viviam com suas novas famílias em lares reconstituídos. Apesar de hoje em dia o divórcio não ser mais um fenômeno incomum, de ter uma melhor aceitação social, não significa dizer que não é um processo doloroso e de difícil decisão, pois envolvem os filhos, a família extensa, os bens materiais e o sentimento de ambos os cônjuges.

Há várias formas de separação entre elas as consensuais e amigáveis e as litigiosas. As primeiras tentam manter a relação do casal “descontaminadas” de hostilidades e possibilitam aos ex parceiros a diferenciação dos papéis que exercem para que não afetem a parentalidade. A segunda forma de separação envolve brigas por guarda dos filhos e por questões financeiras. Segundo Amaral (2010), há ainda as separações por abandono temporário ou definitivo, no qual um dos parceiros sai de casa privando-se do convívio com os filhos. E por fim, as separações somente de corpos, em que o casal continua dividindo a mesma casa. Segundo a autora, esse último modelo de separação prejudica muito o crescimento individual, impossibilita o investimento em um novo relacionamento e o ambiente constante de brigas e desentendimentos pode afetar drasticamente o desenvolvimento emocional dos filhos.

1.2 - Conjugalidade e parentalidade no recasamento

Conjugalidade é a nomenclatura utilizada para definir a identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998), que acontece alicerçada na vivência compartilhada dos parceiros. A vivência da conjugalidade ocorre com o interjogo entre o eu e o tu para a formação do nós. Desse modo, a relação conjugal engloba duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, o casal contém:

“dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal” (Féres-Carneiro, 1998, p. 2).

Cabe ressaltar que essa vivência envolve histórias já vividas que influenciam as interações presentes e futuras do casal (Dessen & Braz, 2005).

Durante nosso levantamento bibliográfico e pesquisa de dados, percebemos que o número de recasamento tem aumentado nos últimos anos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de divórcio no Brasil atingiu em 2010 o maior valor

desde 1984 (1,8 caso por mil habitantes), também aumentou na última década o número de recasamentos. Em 2000, eles representavam 11,7% das uniões civis. Doze anos depois, eram 21,8% do total - quase duas em cada cinco uniões. Ao todo, em 2012, foram registrados 1.041,440 de casamentos no Brasil, 4,5% a mais do que no ano anterior. O IBGE também avaliou que os casamentos duram menos tempo. A duração média de 17 anos em 2007 diminuiu para 15 anos em 2012

Segundo Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), aconteceu nos últimos tempos uma relevante mudança nos padrões de ciclo de vida familiar. Entre essas mudanças, as autoras citam o menor índice de natalidade, as mudanças no papel da mulher, o aumento da expectativa de vida e, como já mencionamos antes, o aumento no índice de divórcios e recasamentos, destacando assim outras configurações e desafios para o sistema familiar em termos de tarefas a serem enfrentadas.

Baseado nisso Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), consideram que o divórcio e o recasamento são elementos que podem alterar de forma direta a estrutura e a dinâmica familiar e pode também modificar padrões sociais e proporcionar outros modos de configurações familiares à sociedade. Para as autoras o processo de divórcio e pós-divórcio abrange vários ajustamentos, envolvendo a família de origem, a família extensa, incluindo amigos e comunidade.

O período posterior a separação causa inúmeras mudanças para os membros da família, principalmente nos filhos. Em sua pesquisa Souza (2000) entrevistou adolescentes e estes referiram-se às mudanças bruscas na vida, como: mudanças de casas, de cidade, de escola, de transporte escolar, na rotina diária, e ainda, nos relacionamentos com os pais e com os irmãos. Os adolescentes entrevistados, segundo a autora, relataram também a aproximação e/ ou afastamento da família materna e paterna, o afastamento de amigos do pai e/ou da mãe, e a perda de seus próprios amigos. Souza (2000) aponta que o divórcio dos pais envolve muitas perdas, o que gera mudanças na rotina de todos, tanto das crianças, quanto dos adultos.

Podemos observar que a reorganização da vida familiar demora alguns anos para acontecer. Na pesquisa de Souza (2000), por exemplo, os adolescentes mencionaram um período entre dois e quatro anos para essa reorganização ocorrer. Nessa pesquisa, os participantes levaram em conta a redução dos conflitos, o entendimento das consequências da separação em suas vidas, e as novas possíveis relações conjugais dos pais. No entanto, por outro lado, destacaram que nem sempre os conflitos são sanados, pois ainda existem na disputa de guarda, na pensão, nas visitas, na superproteção da mãe, na interferência da família

extensa e nas novas relações conjugais dos pais. A autora nos leva a pensar que os novos casais podem tanto ser observados sob o aspecto positivo, como negativo. E mesmo que se relativizem os conceitos e os termos utilizados sobre família, geralmente a ideia ainda está muito associada à imagem de pai, mãe e filhos.

Travis (2003) destaca como já vimos anteriormente, que na literatura sobre recasamento existe um *status* diferenciado para a família nuclear, enquanto que às famílias reconstituídas restaria uma posição de menor destaque, sem esse status. Entretanto, nos dias de hoje para a autora já não é tão incomum ouvir descrições de outros padrões e diferentes organizações familiares.

Souza e Ramires (2006) argumentam que, em torno de novos casamentos e novas uniões, os filhos tendem a conceber a família de formas diferentes, incluindo meios-irmãos não considerando apenas a família nuclear, mas levando em conta uma vasta possibilidade de arranjos. Os filhos já entendem que há novas possibilidades de configurações familiares.

Essas novas configurações familiares também foram observadas por Wagner e Féres-Carneiro (2000). As autoras realizaram essa pesquisa com adolescentes oriundos de famílias originais ou intactas, famílias estas compostas por pai, mãe e filhos biológicos, e famílias reconstituídas, ou seja, aquelas em que os pais eram separados do primeiro cônjuge e mantinham uma relação estável com um novo companheiro, no mínimo por seis meses, coabitando com os filhos do primeiro casamento. Na pesquisa, os participantes realizaram a representação gráfica da família. Do total, 45,7% dos adolescentes de famílias reconstruídas desenharam os membros que coabitavam no momento atual, considerando-os como novos membros da família. As autoras concluíram que as variáveis coabitação, laços sanguíneos e tempo de recasamento foram as mais importantes na definição dos núcleos recasados.

1.2.1-A formação do novo casal: acabou o conto de fadas

A busca por um novo par seja para um “flerte”, um namoro, um caso passageiro ou o recasamento é uma das possibilidades após a separação. Contudo, não são todas as pessoas que se separam e que desejam construir uma nova relação. Para Travis (2003) o que ocorre frequentemente é que somente um dos membros do casal, geralmente o homem, busca reconstruir sua vida familiar e com isso se recasam. A opção pelo recasamento, segundo a

autora, depende de uma série de fatores, dentre eles estão à idade, local onde vivem e, principalmente, a vontade de recomeçar.

Apesar da vontade de recomeçar presente nos casais que se recasam, há também o desejo em retomar as expectativas frustradas no casamento anterior. O casal em processo de recasamento precisa fazer uma avaliação de seus papéis sem, contudo negar o passado. Para Cury (2008), no recasamento é importante levar em conta o ciclo vital em que a família se situa, as dificuldades e as diferenças que caracterizam os sentimentos nesse momento de transição. Para a autora é importante pensar os pares que estão dispostos a recasar como nova ordem de valor diferente da família nuclear.

Num período anterior a esse, já haviam famílias recasadas que eram formadas por pais/madrastas, mães/padrastos, irmãos/meio-irmãos. O que marca na atualidade uma diferença está justamente na mudança com que a sociedade contemporânea lida com esse fenômeno. Atualmente ocorre que em boa parte dos casos, os pais biológicos estão vivos e levam uma vida separada, sozinha ou inserida em outra família, dedicando parte do seu tempo a crianças e jovens da idade dos seus filhos, nascidos de outras uniões (Andolfi, 2002).

Esse fenômeno é explicitado por Carter e McGoldrick (2001), que afirmam que uma segunda união envolve a mistura de duas ou mais famílias. É por meio deste processo, que a família reconstruída se estabiliza e retoma sua credibilidade, passando a ser vista pela sociedade como algo positivo e como um novo ciclo vital importante.

Bernstein (2002) afirma que para recasar é preciso primeiramente desconstruir a instituição do casamento em si. Quando o casamento termina, isso de certa forma aponta que os conceitos típicos de nossa cultura sobre união conjugal ideal podem não atender às diferentes condições de nossa vida atual.

Quanto a isso Carter e McGoldrick (2001) afirmam que todos nós levamos para os nossos relacionamentos experiências emocionais não resolvidas de relacionamentos que passaram, mas que foram importantes. Para o casamento, a bagagem que levamos é de nossa família de origem, nossos sentimentos e conflitos não resolvidos ou mal resolvidos em relação aos pais e irmãos. Já no recasamento levamos um pouco mais de questões: a família de origem, o primeiro casamento e o processo de separação que inclui o divórcio e o período entre o casamento e o recasamento.

Desse modo, quem já foi casado carrega experiências anteriores daquilo que implica em dividir a casa com outra pessoa, dividir o espaço e enfrentar as diferentes necessidades, como por exemplo, desejos e preferências no modo de viver. Ao se aventurarem em novas uniões,

os pares buscam encontros amorosos mais satisfatórios e com isso, as pessoas que já foram casadas reveem criteriosamente seus relacionamentos e invariavelmente, irão comparar os novos parceiros com os anteriores. Na sociedade contemporânea, pode-se identificar que o recasamento tornou-se algo natural. Com o aumento de divórcios e uniões desfeitas, conseqüentemente a formação de novos pares são mais frequentes (Kunrath 2006).

O grande número de separações conjugais na sociedade contemporânea pode parecer um contra-argumento da tese, desenvolvida por Berger e Kellner (1970) de que o casamento é para os cônjuges uma das principais áreas de autorrealização social e a base dos relacionamentos. No entanto, para Féres- Carneiro e Ziviani (2010), os sujeitos se separam não porque o casamento não tenha importância, mas ao contrário, o casamento é tão importante que os conjugues não aceitam que ele não corresponda as expectativas iniciais da relação. Para os autores é exatamente a dificuldade dessa exigência que o divórcio aborda e seria com frequência por isso que os divorciados buscam novos parceiros amorosos.

Para Bernstein (2002), a busca dos cônjuges por equilíbrio por meio de uma nova experiência amorosa é muito comum. Os casais que inicialmente experimentam no casamento uma relação de muito afeto, posteriormente procuram formas e modelos mais pragmáticos para a construção do recasamento e aqueles casais que vivenciaram uma união mais prática, buscam na nova união um pouco mais de romantismo, afeto e cumplicidade.

Como descreve Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), mesmo que muitos casais recasados não recorram ao casamento civil, ou seja, sem qualquer registro ou procedimento legal, é possível constatar que uma quantidade considerável de pares divorciados procura novas uniões e se casam novamente. Para as autoras, o índice de divórcios, e, atualmente, de recasamentos ocorrem em números mais elevados do que demonstram os dados estatísticos disponíveis.

Ao se analisar os fatores que influenciaram as mudanças dos padrões do ciclo vital, Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), observam que o aumento da espera por uma qualidade de vida amorosa melhor contribuiu para o aumento do número de recasamentos. Se anteriormente os casais resignavam-se com situações infelizes, por se avaliarem “muito velhos” para mudar de vida ou por levarem em conta questões religiosas e/ou familiares, agora eles optam pelo divórcio, buscando novos relacionamentos para tentar ser mais felizes e realizados.

Com isso, podemos retomar a hipótese de Féres-Carneiro (2003), que considera que os casais que optam pelo divórcio não desistiram de ser felizes, mas acreditam ainda que o

casamento possa ser algo mais do que aquilo que suas relações ofereceram. Isso também fica bastante esclarecido com a descrição de Carter e McGoldrick (1980/1995) de que, no recasamento, as pessoas procuram encontrar a realizações de expectativas anteriores ao primeiro casamento.

No entanto, a família recasada, diferentemente da família casada, encontra outros desafios que englobam os sistemas familiares. Na família recasada apresentam-se questionamentos relacionados à função dos membros, ou seja, existem ponderações sobre quem faz ou não parte dessa família. Há também variações no que diz respeito à autoridade dos pais frente aos filhos, isto é, sobre qual é o espaço de cada membro na família. Por fim, podemos perceber uma alteração na percepção da administração do tempo, ou seja, na escolha sobre a quem dedicar o tempo, se aos filhos ou ao novo parceiro(a), e mais ainda, sobre como organizar as (re)uniões entre as famílias extensas.

Carter e McGoldrick (1980/1995) focalizam que o recasamento envolve muita complexidade, uma vez que outros membros familiares estão envolvidos, de modo que as experiências emocionais e as tarefas que ampliam o ciclo vital se tornam um grande desafio para o casal que recasa. Quando acontece o recasamento, além dos estreitamentos decorrentes da união entre as famílias envolvidas, há outros fatores que se apresentam em face desta nova relação, entre eles, a família de origem, o primeiro casamento, o processo de separação/divórcio, e também o período transitório entre casamentos como já mencionamos anteriormente.

Frente ao que foi exposto, devemos considerar que são múltiplas as questões que devem ser levadas em conta ante a família recasada. Além do que foi dito anteriormente, pode ocorrer que um dos pares desse novo casamento ainda não tenha vivido a experiência de ser casado, de modo que, ao consolidar um recasamento, este se depare com a vivência de outras fases do ciclo vital pelas quais ainda não tenha passado. Desse modo, não é comum encontrar casais em que a mulher não tem filhos ou nem passou por um casamento anterior, mas já esteja exercendo o ‘papel’ de madrasta, tendo que dar conta de diversas funções, tais como a administração do lar, o cuidado com os filhos do cônjuge e com a figura da ex-mulher. Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), salientam que o recasamento abrange “fatores que permeiam a configuração de novos padrões e modelos de família, modelos estes cada vez mais presentes na sociedade brasileira atual” (p.220).

O recasamento passa pelos ideais contemporâneos de relação conjugal, em que os cônjuges enfatizam mais a autonomia e a satisfação de seus parceiros do que necessariamente

os laços de dependência entre eles. No entanto segundo Féres-Carneiro e Ziviani (2010), construir um casal na atualidade, demanda que haja uma área comum de interação, uma identidade conjugal.

Assim, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais. Se, por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro lado, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro e Ziviani, 2010, p. 84)

A nova tessitura que terá que alinhar diversas famílias extensas, em outra família reconstruída, que envolverá diferentes expectativas, diferentes experiências, diferentes grau de conhecimento, diferentes costumes e diferentes tradições das famílias originais e também aspectos individuais de cada um deles, segundo Amaral (2010) não é tarefa pouca. Para a autora, as regras terão de ser renegociadas, tarefas redefinidas e haverá um novo estabelecimento de vínculos. Amaral (2010) descreve também que o recasamento não é um acontecimento único a isolado, mas sim um misto de mudanças complexas. Se no casamento já existem obstáculos a serem vencidos, como a junção de seus desejos, as histórias pessoais e a individualidade, no recasamento essa complexidade é ainda maior.

Seguindo essa ideia de tessitura, podemos pensar que no casamento os pares serão uma espécie de costureiros que irão pensar a família que se formará a partir da união, sendo responsáveis por tudo que for criado. Já no recasamento, entretanto, existem alinhavos prontos e que já têm formas definidas, como por exemplo, os filhos e a relação de vínculo com os familiares (Amaral 2010).

Pode parecer que o recasamento tornou-se algo natural na sociedade contemporânea e de fato, está mais presente do que em tempos anteriores. No entanto, não devemos deixar de considerar que inúmeros são os desafios que a família recasada enfrenta. Nesse processo de desfazer uma família e organizar outra, existem conflitos que nem sempre são fáceis de administrar. Segundo Amaral (2010), podemos citar como exemplo de dificuldades enfrentadas por casais que se recasam o ingresso de novos personagens como os filhos dele e /ou filhos dela, que podem ser denominados segundo a autora de irmão de convívio, irmão políticos, irmão falsos, co-irmãos, irmãos por afinidade, irmãos tortos, que necessariamente não possuem vínculo consanguíneo entre si.

Amaral (2010) indica também que no recasamento, aparecem também outras figuras como a figura da madrasta, do padrasto que nem sempre surgem como figuras positivas. A representação de madrasta e padrasto podem estar associadas a pessoas más que estão atrapalhando a possível reaproximação dos pais. E, não se pode esquecer também, que dessa nova união há ainda a possibilidade de novos filhos que ficarão na fronteira entre os demais irmãos, denominados de meio-irmão. Alguns autores até enfatizam o quanto que contos de fadas e histórias podem evidenciar o imaginário popular (Bernstein, 1999; Wagner, 2002). Em histórias como “Branca de Neve e os sete anões” e “Cinderela”, encontramos personagens que representam um relacionamento muito ruim entre madrastas e enteadas.

Em uma pesquisa realizada por Magalhães (2009) foram realizadas análises intragrupos com 20 famílias: seis famílias casadas, nove recasadas, três separadas e duas monoparentais. Surgiram da análise dos dados as seguintes categorias: modelos parentais, interação conjugal, interação familiar, promoção de saúde emocional na família e demanda terapêutica. O que nos interessa nessa pesquisa é referente às famílias recasadas. As nove famílias recasadas que participaram da pesquisa são formadas por distintos tipos de casais parentais: três com pai/padrasto (pai de um ou mais filhos e padrasto de um ou mais filhos) e mãe/madrasta (mãe de um ou mais filhos e madrasta de um ou mais filhos); duas com pai/padrasto e mãe; duas com padrasto e mãe; duas com pai e mãe/madrasta. Ressalta-se que, dentre as nove famílias recasadas, sete contêm a figura do padrasto e que, dentre elas, há duas com padrastos sem filhos biológicos.

Magalhães (2009) descreve nessa pesquisa que a configuração familiar constituída pela família recasada é cada vez mais comum e representa um mundo em constante mudanças, colocando a terapia de família diante de diversos desafios. Essas configurações se estruturam a partir de um emaranhado e de uma complexa relação entre adultos e crianças. Nessas famílias, a parentalidade cresce e pode ser exercida por adultos que exercem a função parental, embora muitas vezes não reconhecidos pelo sistema jurídico. A capacidade das famílias na atuação da parentalidade depende da qualidade das relações determinadas entre seus membros. A autora afirma que a complexidade das famílias recasadas exige flexibilidade e originalidade nas interações.

Magalhães (2009) questiona ainda se a complexidade das famílias recasadas poderia estar relacionada à disfuncionalidade familiar. No entanto, várias pesquisas demonstram que não há diferenças significativas em relação à capacidade de promoção de saúde em famílias casadas e recasadas.

Souza (2000), baseando-se em resultados de pesquisa com adolescentes filhos de pais separados, destaca que, apesar de os filhos descreverem sentimentos de solidão e barreiras em encontrar fontes de apoio após a separação dos pais, a melhor solução para a família é o divórcio. A autora aponta que a família que tem seu funcionamento mais embasado na circulação dos afetos e apresenta uma base intersubjetiva bem estabelecida apresenta melhor saúde emocional. O casal que recasa, muitas vezes, representa uma oportunidade não somente para a conjugalidade, no intuito de resgatar a vida amorosa em novas bases, como também apresenta uma oportunidade para os filhos de encontrar suportes emocionais significativos e novos vínculos familiares socioafetivos estabelecidos a partir do recasamento.

Magalhães (2009) descreve que na clínica, por sua vez, a tendência é que as famílias recasadas demonstrem idealização em excesso das funções conjugais e parentais. Corriqueiramente, no parceiro recasado são projetadas expectativas que nem sempre são cumpridas, “o que pode gerar indiscriminação entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade”. Na tentativa de transitar da conjugalidade para a parentalidade, algumas vezes, aparece um desequilíbrio entre o investimento narcísico e o objetal no casal.

1.2.2- Os meus, os seus, os nossos: é possível?

Como já havíamos mencionado anteriormente é de suma importância pensar a família recasada de um ponto de vista diferente da família nuclear. Devemos abandonar a ideia de que a família recasada é disfuncional e patogênica, pois pesquisas atuais, como já vimos, vêm focalizando sua atenção e seus estudos em para tentar compreender os diversos fatores que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento de tais famílias.

Hethrington e Bray (1998) *apud* Oliveira(2005), afirmam que a transição da família a partir do recasamento desencadeia uma série de mudanças nos arranjos familiares e que essas mudanças têm serias implicações no sistema familiar. Mas, apesar de o recasamento apresentar estresse e mudanças, segunda a autora, ele pode oferecer oportunidades de crescimento pessoal e para as famílias envolvidas. Oliveira (2005) descreve ainda que a forma como as famílias se adaptam a essa nova organização depende do tempo de transição, das características de cada membro da família e dos desafios específicos que enfrentaram nesse período de transição.

McGoldrick e Carter (1999) descrevem os novos papéis e as novas relações estabelecidas a partir do recasamento como sendo potencialmente conflituosas complexas e

ambíguas. Segundo as autoras, isso ocorre pela falta de uma nomenclatura positiva para as novas relações. Neste viés elas consideram os termos utilizados para descrever essas novas relações impregnadas de sentidos negativos. As autoras comentam também que o posicionamento dos filhos frente à família nuclear pode ser modificada pela nova construção representada pelo recasamento. Lugares ocupados como, por exemplo, a de filho mais novo, filho mais velho, único (a) filho(a), podem passar por mudanças bruscas com a formação da nova família.

Travis (2003) afirma que o período anterior à chegada dos filhos, em famílias de primeiro casamento, dá ao casal um tempo de adaptação à vida conjugal. Na opinião da autora, o casal tem a oportunidade de aprender a funcionar como unitário, desenvolvendo sua conjugalidade. Quando nasce o primeiro filho, os cônjuges assumem papéis parentais. Os casais que recasam não dispõem de tempo hábil ou privacidade suficiente para assimilar e assumir as funções conjugais e parentais. Eles precisam fazer isso de uma vez.

Alguns estudiosos do recasamento já demonstraram e nós já descrevemos anteriormente que a forma como é vista a estrutura e a configuração de uma família recasada não é a mesma forma como uma família intacta. Esses mesmos estudiosos ressaltam ainda, que a definição de família varia de pessoa para pessoa (Penso, Costa e Féres-Carneiro, 1992; Wagner e Bandeira, 1996). Tal definição, segundo eles, está diretamente ligada à complexa rede de relações estabelecidas após o divórcio e o recasamento.

A parentalidade no contexto das famílias recasadas provoca mudanças nas relações interpessoais e faz com que esses núcleos passem a ter um funcionamento diferente daqueles chamados núcleos originais ou intactos (Wagner, Halpem e Bornholdt, 1999). Os modelos de autoridade, os papéis, o poder, as formas de educar a comunicação, entre outros, são aspectos que sofrem importantes transformações (Carter e MecGoldrick, 1995; Wagner, Sarriera, Falcke e Silva, 1997).

Maldonado (1999) descreve que nesta nova configuração familiar, as questões relativas ao poder e a autoridade também sofrem alterações, se comparadas ao modo intacto. Para a autora, a delimitação das fronteiras de intimidade do subsistema e conjugal, junto ao surgimento de uma figura parental adicional (padrasto ou madrasta) apresenta, mudanças nos limites entre os subsistemas paterno e filial, inevitavelmente. Maldonado (1999) aponta também que a nova convivência diária, muitas vezes, em diferentes territórios ou com diferentes membros, junto ao desejo dos filhos em unir seus pais novamente, pode gerar sentimentos de perda das figuras parentais nos adolescentes.

Wagner, Halpern e Bornholdt (1999) em uma pesquisa, perguntaram para adolescentes de diferentes modelos de famílias quem dava ordens em casa, a pesquisa apresentava seis opções diferentes para múltipla escolha (pai, mãe, padrasto, madrasta, o próprio sujeito e outros). No resultado da pesquisa a figura paterna (80%) foi apontada quase que igualmente a figurada materna (89%) em termos de frequência das respostas dadas por adolescentes em famílias intactas. Baseados nesses dados, os pesquisadores concluíram que o poder nestas famílias se dividia de forma quase que igualitária entre as figuras de pai e de mãe. No entanto, nas famílias recasadas, a mãe foi a figura de destaque (75%), quando comparada à figura do pai (19%), ou seja, a figura materna foi citada quatro vezes mais que a figura pai. Para estes pesquisadores, os dados desta pesquisa também podem ser entendidos a partir do novo contexto da mulher que, atualmente além de realizar as tarefas clássicas de cuidado e educação dos filhos, a mulher ganhou mais autoridade na medida em que se tornou uma das principais fontes de renda familiar. Ela é quem tem se responsabilizado pela disciplina e sustento dos filhos, principalmente nos núcleos recasados (Wagner e cols., 1997; Wagner, Halpern e Bornholdt, 1999).

Outros dados de pesquisa (Wagner 1997) também evidenciaram que os adolescentes de famílias recasadas notam a figura do pai como pouco afetiva, pouco colaboradora e menos implicada com a disciplina, quando comparada com núcleos intactos. O fato de mais de 70% dos jovens coabitarem com as mães faz com que a figura materna assuma, de forma praticamente unanime, as funções de poder e disciplina. Estas diferenças aparecem constatadas na representação gráfica que os adolescentes, de diferentes configurações familiares, fazem de suas famílias. Aqueles adolescentes que coabitam em núcleos intactos tradicionais tendem a valorizar a figura do pai em seus desenhos. Em contrapartida, os adolescentes de famílias recasadas valorizam mais frequentemente a figura materna (Wagner e Bandeira, 1996).

As famílias recasadas no que se referem à interação dos novos membros, como padrasto, madrasta, os filhos desse padrasto ou da madrasta, ou ainda novos irmãos nascidos de união, consideram que esses elementos com o tempo, podem passar a fazer parte ou não da composição familiar do adolescente. Alguns autores que estudam sobre recasamento apontam que essa incorporação parece passar por diferentes etapas evolutivas e que o ajuste dos filhos ao recasamento está relacionado com a idade dos mesmos e o tempo de convivência. (Wagner e Bandeira, 1996). Os estudos de Wallerstein e Kelly (1998) concluíram que as crianças de idade inferiores a oito anos conseguem criar vínculos mais cedo ao padrasto do que os filhos

com mais de 10 anos. Outros pesquisadores chegaram a conclusão, por sua vez, que os filhos adolescentes apresentam mais dificuldades relacionadas ao ajustamento da nova família (Barber e Lyons, 1994; Carter e McGoldrick, 1995).

Como bem descreve a literatura, entre os fatores que auxiliam o processo de ajuste à estrutura e a incorporação da nova configuração familiar, devem ser considerados o tempo e o ritmo dos sujeitos envolvidos. Dados mensurados em pesquisas apontam que o nível de bem-estar psicológico dos filhos relacionava-se de forma significativa com o tempo de recasamento dos pais (Wagner, Ribeiro, Arteche e Bornholdt, 1999). Um período entre seis meses a seis anos de recasamento dos pais representa para os jovens um nível de bem-estar entre bom e muito bom, segundo essas mesmas pesquisas.

No entanto, entendendo a complexidade da dinâmica familiar, Carter e McGoldrick (1995), ressaltam que até os termos utilizados para descrever esse tipo de família sugerem problemas, tais como “famílias com padrasto/madrasta”, “famílias reconstituídas”, “famílias misturadas” e “famílias reestruturadas”. Para as autoras, termos como, por exemplo, “misturadas” sugerem um grau de integração maior do que de fato é, enquanto que “família com padrasto/madrasta” sugere que ela não é uma família verdadeira, possuindo de certa forma uma conotação negativa. Famílias “reconstituídas e reestruturadas” soam como se tudo fosse uma questão de reorganizar as partes da família. Por esse motivo, como explicamos anteriormente, as autoras optaram pelo termo “recasado” para salientar o vínculo conjugal que serve de base para o complexo arranjo de várias famílias numa nova configuração. Uma família que se desfaz e uma família que se organiza sofrem mudanças, apresentando novas relações, várias dificuldades e desafios que os indivíduos e a sociedade estão preparados para enfrentar. Podemos citar como exemplo, a questão da linguagem ou de como os membros da família recasada podem nomear as novas relações (Bucher, 1999).

Carter e McGoldrick (1995) levantam outra questão importante sobre a complexidade das famílias recasadas. Para as autoras, provavelmente a família recasada não apresentaria tantos problemas para os seus membros se a sociedade oferecesse uma orientação para os novos papéis e relacionamentos frente às diversas mudanças decorrentes de um novo casamento. Passar do “nós” da primeira família para o “nós” da segunda é possível, mas não acontece de modo instantâneo, exige tempo. Às vezes, a passagem pode não acontecer como descreve Carter e McGoldrick (2001).

Ao se sentirem parte de uma nova identidade familiar, um filho ou uma filha podem acreditar que estão traindo um dos pais biológicos, e que estão cometendo uma afronta a eles

(Andolfi, 2002). A família formada em torno do recasamento atinge o estágio de desenvolvimento familiar no qual as relações entre os membros desse novo grupo são autênticas e mais próximas somente após algum tempo depois dessa nova união. A lealdade dos filhos para com seus pais leva-os a proteger com muita avidez o lugar do pai ou da mãe (Bernstein, 2002). Por isso, padrasto, madrasta, enteados necessitam inevitavelmente desse ajuste para se sentirem integrantes da mesma família.

Falcke (2002) pontua que geralmente a madrasta entra em cena através do recasamento. A inserção da madrasta na família aponta a necessidade de uma redefinição do funcionamento familiar. Para a autora este é o momento de se estabelecer novas regras e papéis, o que exige uma readaptação da família à sua nova realidade. Falcke(2002) salienta ainda que para a madrasta, talvez este seja um período de grande ansiedade, porque normalmente ela não tem um modelo de identificação com o papel que irá assumir.

Ao revisar a literatura encontramos muitos autores que mencionam sobretudo o papel da madrasta, mas não podemos desconsiderar o importante papel dos padrastos. Os padrastos também têm uma incerteza muito grande a respeito do papel que devem ocupar. Eles não sabem o que fazer na nova família, se agem como pais, como amigos ou se seguem outras concepções (Waldemar, 1996). Assim, numa família recasada funcional, a responsabilidade de cuidar dos filhos dele e dos dela devem estar equiparadas de maneira que não segregue ou combata a influência dos pais biológicos. Entendemos então que cada um dos cônjuges, juntamente com seu ex-cônjuge, devem assumir inteiramente a responsabilidade primeira de educar ou de dar disciplina aos seus próprios filhos e desse modo o relacionamento estabelecido entre os filhos e o padrasto/madrasta será definido e elaborado devido a fatores como a idade e residência principal dos filhos, as circunstâncias do divórcio e os desejos de todos os envolvidos (Carter & McGoldrick, 2001). As autoras ressaltam também que o papel esperado das madrastas, é de cuidar não somente da casa, mas também dos filhos e dos relacionamentos emocionais de toda a família. Diante disso, é esperado que a madrasta cuide das crianças sem entrar em conflitos com as suas mães e se isso por ventura acontecer, a responsabilidade é da madrasta que não soube administrar com essa situação. Carter e McGoldrick (2001) identificam que atritos entre as madrastas e as enteadas são comuns na medida em que as filhas se sentem na obrigatoriedade de proteger a mãe biológica e com isso entram em desacordo em relação aos papéis. As autoras descrevem que as meninas nas famílias com padrasto/madrasta apresentam uma reação mais negativa do que os meninos nas famílias com padrasto/madrasta.

Wagner, Ribeiro, Arteche e Bornholdt (1999) investigaram a existência da ligação entre bem-estar psicológico de adolescentes de famílias originais e de famílias recasadas. Constataram que não existem contrastes significativos entre o nível de bem-estar entre esses dois grupos de adolescentes. Esse estudo constatou também que a variável “morar com o padrasto” ou “morar com a madrasta”, levando em consideração os jovens de família recasadas, não está associado ao bem-estar psicológico dos adolescentes. Além disso, verificou ainda que nesses novos sistemas familiares, o processo de reconstrução da família recasada não é necessariamente motivador de conflitos. Em muitas famílias, por exemplo, um padrasto pode substituir, de forma razoável, a figura de um pai ausente. Desse modo, nessas famílias, apresentam-se inúmeras de questões centrais que devem ser tratadas pelas famílias recasadas, tais como questões de associação, de espaço, de autoridade e de tempo (Carter e McGoldrick, 2001).

Em uma pesquisa com casais recasados para determinar seu nível de “integração familiar”, Carter e McGoldrick (2001) descobriram que quanto maior o período de tempo em que a família estava junta, como uma unidade, mais elevado era o nível de integração familiar. Além disso, o relacionamento entre pais e filhos era melhor, quando o casal recasado tinha seus próprios filhos.

Visher e Visher (1996) e McGoldrick e Carter (2001) demarcaram as características que diferenciam as famílias recasadas e os seus desafios no desenvolvimento, dentre eles citam: lidar com perdas e mudanças, estabelecer novas tradições, criar colaboração entre os pais, desenvolver uma sólida relação marital e formar novos relacionamentos.

Dessa forma, estudar essas questões, requer uma apropriação não apenas das dimensões intrapsíquicas envolvidas na vivência individual acerca do casamento, recasamento e parentalidade. O contexto social, cultural, o tempo presente e as heranças do passado se misturam para produzir a construção social do que seja a vida a dois. Para melhor aprofundar essa questão, faremos uso do aporte teórico da Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici e que será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 Percurso histórico

Nos anos 60 surge a Teoria das Representações Sociais na Europa oriunda da obra seminal de Serge Moscovici (1961) do estudo sobre a psicanálise na cultura francesa intitulada: *La Psychanalyse: Son image et son public*. A Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de psicologia social e difere das formas psicológicas de Psicologia Social hegemônica nos Estados Unidos e maior parte do mundo. Embora a Teoria das Representações Sociais tenha surgido na era moderna, ela de certa forma pertence ao solo intelectual de toda tradição ocidental. No caso da psicologia Social, foi germinada em diferentes continentes (Europa e América do Norte) e também de diferentes disciplinas acadêmicas.

Devemos estabelecer que existe uma clara continuidade entre os estudos das representações coletivas de Durkheim e os estudos mais modernos das representações sociais de Moscovici.

O conceito de representações sociais nunca foi totalmente concluído por Moscovici. O autor sempre salientou a necessidade de deixar o conceito em aberto para que pudesse ser desenvolvido futuramente por novas contribuições. Desse modo, nos cabe ressaltar aqui uma definição sobre representações sociais descrita por Moscovici (1981):

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p. 181).

Durante a era moderna, a psicologia social se desenvolveu na América do Norte como uma sub disciplina da Psicologia, segundo o que escreve Jones (1985). A psicologia é uma disciplina que se centraliza, quase que exclusivamente, no indivíduo. Quando Allport escreveu em seu texto clássico de 1924 *PSICOLOGIA SOCIAL*, outros livros haviam sido escritos, mas com maior ênfase na sociologia que necessariamente pela psicologia. No entanto, quando o livro de Allport foi publicado o mercado se inverteu e mais psicólogos que sociólogos escreveram livros sobre psicologia Social.

Moscovici, diferentemente de Allport, não estava comprometido com uma filosofia da ciência positivista. Para Allport, sua perspectiva com relação ao passado era sinal de preocupação e o futuro cheio de esperanças. Para Moscovici, o futuro era um problema e o passado uma idade de ouro. (Jones, 1985)

A maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial distinguiram entre dois níveis de fenômenos. Em nível individual e nível coletivo. Wundt por exemplo, distinguiu entre psicologia fisiológica e “Volkerpsychologie”. Durkheim distinguiu entre estudos das representações individuais e os estudos das representações coletivas. Le Bon distinguiu entre o indivíduo e as massas e Freud tratou o indivíduo clinicamente e desenvolveu uma crítica a cultura e sociedade. Vamos nesse estudo nos atentar a proposta de Durkheim para melhor compreendermos a elaboração de Moscovici sobre a Teoria das Representações Sociais.

Moscovici não desenvolveu sua teoria num vácuo cultural, ele se apoiou principalmente em Durkheim e a teoria de Moscovici é frequentemente definida como uma forma sociológica de psicologia Social. A noção de Representação Social de Moscovici surge a partir da representação coletiva de Durkheim. Os estudos de Moscovici sobre as representações da psicanálise foi uma contribuição para a sociologia do conhecimento. Ele estava interessado em observar como um novo corpo de conhecimento como a psicanálise, se espalha dentro de uma população humana. Só vale a pena estudar uma representação social se ela estiver espalhada dentro de uma cultura em que o estudo foi feito, isso era certamente o que acontecia com a psicanálise, na França em 1950.

Segundo Moscovici (2009), Durkheim delimitou passos muito importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa quando definiu o coletivo como princípio de nossa vida mental, sendo que as representações coletivas seriam nossa matriz subjacente. Isso quer dizer que Durkheim iniciou uma mudança radical na sociologia e antropologia. Mudanças que nos fizeram avançar.

Moscovici (1961; 2012) retoma a origem das representações sociais a partir das considerações de Durkheim sobre as representações coletivas. Em seus escritos, elabora que as representações sociais constituíam uma classe muito geral de fenômenos psíquicos e sociais abrangendo o que chamamos de ciência, ideologia, mito etc. Para ele, as Representações Sociais diferenciavam o aspecto individual do aspecto social, e concomitantemente diferenciava vertente perceptiva da vertente intelectual do funcionamento coletivo:

um homem que não pensaria por conceitos não seria um homem; pois não seria um ser social, reduzido que estaria somente ao aspecto perceptivo

individual, ele seria indiferenciado e animal”. “Pensar conceitualmente não é só isolar e agrupar juntas as características comuns a certos objetos; é subsumir o variável no permanente, o individual no social (Moscovici,1961;2012; p. 39 e 40).

As representações sociais são parte da realidade (vista como grupal), ou seja, funcionam no coletivo (por meio de interações e comportamentos). Nesse movimento, novas e velhas representações surgem mediadas pelo que Moscovici chama de “flutuação de sistemas unificadores” que são as ciências, as religiões e as ideologias sociais. “Em outras palavras, existe uma necessidade continuada de re-constituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar” (Moscovici, 2009 p. 48, destaque do autor).

Essa coletividade acaba ampliando suas ideias e relações por meio de seus próprios comportamentos coletivos. É o que o autor chama de sociedade pensante, ou pensamento considerado como ambiente. Para falar sobre isso Moscovici cita Marx quando ele dizia que as ideias, “uma vez disseminadas entre as massas passam a ser e a se comportar como forças materiais” (2009, p. 48). Se compreendermos dessa forma, passamos a entender porque o objeto da Psicologia Social é observar, interpretando e descrevendo como as ideias passam a ser realidade e como os conceitos passam a ser considerados como objetos ou pessoas. Para o autor, as representações sociais são fenômenos que precisam ser descritos e explicados porque têm um modo próprio de compreender e de comunicar a realidade.

Em sua obra, Moscovici (2009) questiona de que modo o pensamento pode ser considerado como ambiente. Perguntas decorrentes são: como as representações intervêm na nossa atividade cognitiva, ou ainda, até que ponto, o pensamento é independente das representações? Nesse sentido, o autor aponta que é preciso considerar duas funções das representações sociais: A primeira é sua função **convencional**, onde pessoas, objetos ou acontecimentos são colocados em um tipo de modelo. O autor cita o exemplo de Marcel Duchamp, que em 1910, assinou obras fabricadas e elas foram elevadas ao *status* de obras de arte. Obras, antes sem valor, passaram a ter uma imagem valorizada. É importante compreender que cada experiência, segundo o autor, é somada a realidade na determinação prévia desta realidade, por meio de convenções. “É suficiente, simplesmente transferir um objeto, ou pessoa de um contexto a outro, para que vejamos sob nova luz e para sabermos se eles são, realmente os mesmos”(Moscovici, 2009, p35). A segunda função é a **prescritiva**, onde a forma de pensar (repensar, recitar) depende das representações. Ou seja, os sistemas

imagéticos, classificatórios e descritivos são dependentes de conhecimentos anteriores, algo previamente vivenciado.

2.2- Definição de Representações Sociais:

Não é uma tarefa fácil definir Representações sociais. A tentativa de reformular o campo da Psicologia Social exigiu muito mais de Moscovici do que de buscar em outra ciência uma explicação do pensamento pela ótica do social. Ele precisava situar a Psicologia Social num espaço entre as Ciências Sociais e a Psicologia (Sá, 2004). Os conceitos de atitude, crença e opinião, usados com frequência na forma psicológica da Psicologia Social, são complementados pelo de Representações Sociais. Dessa forma, Moscovici engloba o estudo dos demais conceitos a partir da articulação entre as formas psicológicas e sociológicas, diferenciando assim, do que era vigente nos anos 50, a ciência cognitiva e a filosofia do espírito, além de possibilitar uma inteligência com outras ciências humanas (Jodelet, 2011).

Segundo Jodelet (2002), uma questão fundamental da teoria das Representações Sociais, que a torna um feito inédito, diz respeito à contribuição para os estudos de uma psicossociologia do conhecimento que reunia a sociologia do conhecimento e a epistemologia do senso comum. Desse modo, a teoria tem o objetivo mostrar como a sociedade interpreta saberes científicos e os traz de seu universo de origem para um universo criado pelo senso comum. A partir de então, seus estudos, além de enfatizarem grande valor para a Psicologia Social, passaram a ser referenciados também por outras ciências na análise dos fenômenos sociais, onde o indivíduo, sob essa perspectiva, tal como a Representação Social propõe, aponta a complexidade do termo e de sua definição.

Jodelet (2002) ressalta que:

Geralmete, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (Jodelet, 2002, p. 22)

Segundo descreve Sá (2004), a definição do conceito de Representações Sociais demanda certo cuidado para não reduzi-lo demais ou diante de sua complexidade torná-la extensa de tal forma que sua compreensão seja comprometida prejudicada. Nesse sentido, Moscovici apresenta a seguinte definição:

As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro do universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas dela. Como sabemos, correspondem, por um lado, a substância simbólica que entra na elaboração, e, por outro lado, a prática que produz tal substância, como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica (Moscovici, 1961e 2012, p. 39).

Sá (2004) apontou também que, por ser um conceito ainda construído, as contribuições metodológicas e teóricas ajudam a alinhar uma definição que vai sempre recebendo novas contribuições. A definição de Representações Sociais é descrita por Jodelet como: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002, p.22).

As representações sociais são sistemas de interpretação, esses sistemas de interpretação são estruturados no contexto social através da comunicação entre as pessoas, ou seja, orientam as condutas e as comunicações sociais (Jodelet, 2001).Esses sistemas têm como objetivo “moldar a visão e constituir a realidade na qual se vive” (Moscovici, 2001, p. 61). Banchs (2011) descreve que as representações sociais são construções cognitivas e sociais intrinsecamente carregadas de afeto. Dessa modo, pode-se observar na estrutura cognitiva “valores, ideias, normas, esquemas que constituem uma impressão histórica, uma memória social” (Banchs, 2011, p. 240).

A perspectiva do estudo das Representações Sociais possibilita uma aproximação com o funcionamento do pensamento social e com as identificações que os sujeitos/grupos possuem, e como, a partir desse processo, organizam seus comportamentos. O aspecto de interação entre o individual e o coletivo é finalmente elucidado, permitindo, dessa forma, abarcar e compreender as interações sociais e conhecer fatores que influenciam as práticas sociais (Sá, 2004).

Vala (2000) descreve que, para termos compreensão da representação social como fenômeno e conceito, é imprescindível compreender a sua função de comunicação e de organização de comportamento, possibilitando assim construir na ação.

Um aspecto importante para a Teoria das Representações Sociais é a participação ativa do sujeito em sua própria realidade. O sujeito interage, age, modifica e, também, assimila a sua realidade. Essa relação entre sujeito e realidade que se dá por meio das relações de grupos sociais pode ser considerada intrinsecamente dialética, isso se dá quando o sujeito e o objeto se fundem em sua relação e se transformam (Trindade, Santos, & Almeida, 2011). Foi baseada nessa perspectiva, Jodelet (2005) relata a importância da experiência para a formação das Representações Sociais. Segundo a autora, a experiência possui duas dimensões: a que dimensão vivida e a dimensão cognitiva. A dimensão vivida “remete a um estado que o sujeito experimenta e sente de maneira emocional; como são exemplos os casos de experiências estéticas, amorosas ou religiosas” (p. 31). A dimensão cognitiva diz respeito à construção da realidade por meio da experiência de acordo com as categorias ou formas que são socialmente dadas.

2.3-Ancoragem e objetivação:

Segundo Moscovici (2009), as ciências eram antes um antídoto contra representações e ideologias e hoje geradoras de tais representações. Isso se dá porque o mundo reificado prolifera das ciências na medida em que teorias, informações e acontecimentos são transferidos a um nível que conseguimos alcançar. Ou seja, são reapresentadas no interior desse mundo de acesso mais facilitado e este mundo é o universo consensual. Segundo o autor, a ciência era antes alicerçada no senso comum e desse modo o tornava menos comum. Agora o senso comum é a ciência tornada comum. Para ele um lugar comum é coletivamente efetivo, por isso ele nos fala que:

Não é fácil transformar palavras não familiares em familiares, idéias ou seres em palavras usuais, próximas e atuais. É necessário, para dar-lhes uma feição familiar, por em funcionamento, dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e conclusões passadas (Moscovici, 2009, p.60).

Moscovici cita dois mecanismos, baseados na memória e conclusões passadas, que são responsáveis em transformar o não familiar em familiar, ou seja, por criar as representações sociais nesse processo, a saber: processos de ancoragem e objetivação. Esses processos são processos sociocognitivos no sentido em que são processos cognitivos socialmente regulados, e que referem-se a regulações normativas que verificam as operações cognitivas (Vala 2000).

Para Moscovici (2009) ancorar é “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (p.61). Por isso, normalmente se resiste quando não conseguimos avaliar ou descrever alguma coisa ou pessoa. Nesse processo, para superarmos essa resistência, damos-lhe nome e o categorizamos. Assim representando aquilo que não é comum em nosso universo, conseguimos avaliar, conseguimos comunicá-lo e enfim este pode ser representado. Assim, classificamos pessoas ou coisas no processo de avaliar, de rotular. Não há neutralidade nesse processo, pois quando classificamos algo ou alguém, esses ficam restritos a um conjunto de comportamentos e regras que já temos certo conhecimento. A ancoragem não tem apenas o objetivo de transformação ou familiarização de um processo não familiar em familiar, mas também interfere na formação das representações, assegurando suas incorporações ao meio social. A ancoragem desta forma acaba inserindo a representação no sistema já elaborado (Jodelet, 1989).

Vala nos sinaliza:

a ancoragem refere-se ao facto de qualquer construção ou tratamento de informação exigir pontos de referencia: quando um sujeito pensa um objecto, o seu universo mental não é, por definição, tábua rasa. Pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que um objecto novo pode ser pensado. (Vala, 2000, p.472)

Outro processo importante é o de objetivação. Este processo caminha junto com a ancoragem, que consiste na construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização ligados a situação social do sujeito sobre as escolhas e arranjos dos elementos constitutivos da representação. A Objetivação diz respeito à forma como os elementos constituintes da representação se organizam e como se tornam expressões da realidade pensada como natural.

Segundo Moscovici (2009) objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia e a partir disso reproduzir o conceito em uma imagem. A domesticação é um processo que atua com maior eficiência do que a ancoragem. “A materialização de uma abstração é uma das

características mais misteriosas do pensamento e da fala. Autoridades políticas e intelectuais, a exploram com a finalidade de subjugar as massas” (Moscovici, 2009. p.71).

Vala (2000) descreve que os dois processos ocorrem ao mesmo tempo e são extremamente importantes para representar um determinado objeto. Cabendo, portanto, à ancoragem instrumentalizar o objeto representado e à objetivação organizar os elementos que a compõem e lhe dão estrutura. O aspecto dinâmico das Representações Sociais trazido por Moscovici contribuiu para a multipluralidade dos estudos e metodologias na Psicologia Social, como assinalou Vala (2000) referindo-se as diversas metodologias envolvendo as pesquisas em Psicologia Social. Sobre isso, Jodelet (2002) assinalou que a ênfase nos “aspectos específicos” resulta em “estudos multidimensionais”. Moscovici (2011), no prefácio da revista *Temas de Psicologia*, em comemoração aos 50 anos da Teoria das Representações Sociais, fez questão em destacar que os textos apresentados nessa edição comemorativa mostram a “diversidade de escolhas científicas e de pesquisas realizadas.” Para ele, isso parece testemunhar a vida ativa da Teoria das Representações Sociais e como a relação entre fenômeno das representações sociais e problemas da sociedade despertou e tem despertado o interesse de pesquisas.

Para comparar e interpretar, nomeando e classificando pessoas ou coisas (ancoragem) e nos apropriando de conceitos e imagens extraídas da memória (objetivação), estamos lidando com nossa necessidade de conforto e domínio sobre nossa realidade coletiva e cultural, ou seja, da nossa necessidade de transformar o “não familiar” em “familiar”. Tais mecanismos, a ancoragem e objetivação, geram as representações sociais e contam com a linguagem como instrumento nesse processo. Afinal, memória e comunicação precisam estar juntas para que isso aconteça. Nossa memória vive transpassada pelo que gerações passadas nos comunicaram. Somos, por meio dela, capazes de reconstruir muitos passos importantes para compreendermos parte do que somos e do que pensamos.

2.4-Abordagens da Representação Social

A Teoria das Representações Sociais tem cinquenta anos. Em seus primeiros dez anos permaneceu praticamente ignorada. Nos dez anos seguintes, foi nutrida por vários estudos e pesquisas sobre os mais diversos temas. Nos últimos vinte anos, um maior foi o número de pesquisas foram feitas, o que permitiu discutir e aperfeiçoar os métodos utilizados, atualizar seus relacionamentos potenciais com outras abordagens do mesmo campo fenomenal e refinar

a teoria em termos teóricos e conceituais. Além disso, também foi difundida para outros territórios e passou a ser alvo de críticas e questionamentos.

Com esse aprofundamento nos estudos, observa-se que a Teoria das Representações Sociais vem abrindo possibilidades e uma pluralidade de metodologias que propiciam a construção de objetos específicos de pesquisa. Isso aconteceu devido à resistência de Moscovici em definir com precisão os termos teórico-conceituais. Isso parece ter tido como efeito, como descreve Sá (1996), impedir a cristalização prematura dos conjuntos operacionalizados de conceitos, hipóteses e técnicas de pesquisa que terminassem por constituir microteorias autônomas em relação à grande teoria. Essa forma de instrumentalizar a Teoria das Representações Sociais permitiu construir abordagens que complementam e que proporcionam definições mais detalhadas de certas estruturas, assim como de seu funcionamento, e que se mostram compatíveis com a teoria geral.

Doise (1993, p. 161), descreve que Moscovici tem nos oferecido uma “teoria das representações sociais a qual não é somente heurísticamente útil para analisar complexos fenômenos sociais, mas também capaz de reorganizar teoricamente tradicionais campos de estudo na Psicologia Social”. Na literatura de Moscovici encontramos idéias importantes, que funcionam como concepções gerais que oferecem uma estrutura de análise capaz de detalhar o processo de construção ou engendramento de uma representação social, mas que não têm a pretensão de esgotar todas as possibilidades teóricas que este campo de estudo provoca. Nesta perspectiva, ela pode ser considerada, como Doise vem apontando em várias oportunidades uma grande teoria das representações sociais:

Com efeito, a teoria das representações sociais pode ser considerada como uma grande teoria, grande no sentido de que sua finalidade é a de propor conceitos de base /.../ que devem atrair a atenção dos pesquisadores sobre um conjunto de dinâmicas particulares e suscitar, assim, estudos mais detalhados sobre os múltiplos processos específicos (Doise, 1990, p. 172).

No meu entender, grandes teorias nas ciências humanas são concepções gerais sobre o indivíduo e/ou o funcionamento societal, que orientam o esforço de pesquisa. Elas devem, não obstante, ser completadas por descrições mais detalhadas dos processos que sejam compatíveis com a teoria geral, mas que podem também ser compatíveis com outras teorias (Doise, 1993, p. 161).

Verificamos a existência de três abordagens. Uma é a abordagem estrutural, que tem sido desenvolvida em Aix-em-Provence, por Jean Claude Abric, e tem atuação nos processos sociocognitivos, com o estudo das estruturas das Representações Sociais a partir da Teoria do Núcleo Central. Outra abordagem é a utilizada por Willem Doise, desenvolvida em Genebra, e tem uma relevância mais sociológica, pois tem como objetivo estudar as condições de produção e circulação das Representações Sociais. A terceira é a abordagem culturalista, da qual Denise Jodelet é a grande precursora. Esta abordagem é a que mantém relação mais próxima com a proposta original de Moscovici, pois privilegia o enfoque histórico e cultural (Almeida, 2005). Cada abordagem tem sua peculiaridade, mas, de uma forma geral, elas buscam verificar a) o processo de formação e transformação das representações sociais, b) os elementos constituintes da representação social de um objeto e, c) as representações sociais como orientadora das práticas. Com essas três possibilidades podemos ainda relacionar possíveis diferenças em grupos com contextos sociais diferentes (Martins, 2009).

De acordo com o enredamento da metodologia escolhida, esses estudos buscam responder a mais de uma das questões expostas. Atualmente, com o avanço dos estudos sobre a teoria, tem-se um quadro mais claro dessas questões; entretanto, autores afirmam que existem áreas a serem exploradas (Jodelet, 2001; Moscovici, 2001), como é o caso das relações que diferentes elementos de representações sociais mantêm entre si (Abric, 2001).

CAPÍTULO 3 – OBJETIVOS E MÉTODO

3.1- OBJETIVOS

Identificar as representações sociais que 20 pessoas recasadas fazem do recasamento. Entendemos nesse estudo por recasamento o novo casamento e a nova família que se forma a partir dessa nova união do casal. É imprescindível destacar que estamos incluindo sob a mesma nomenclatura as uniões legais e as consensuais, ou seja, aquelas em que os parceiros coabitam formando um novo casal, sem a existência de vínculos legais, estamos propondo esse estudo em pessoas recasadas heterossexuais tanto do sexo feminino como do sexo masculino moradores do Estado do Rio de Janeiro.

3.1.1- Objetivos Específicos:

- Identificar os sentidos e significados dados ao objeto principal **Recasamento**;
- Identificar sentidos e significados dados aos objetos secundários: Conjugalidade no recasamento e parentalidade no recasamento.
- Apoiar a análise das representações sociais que os casais recasados fazem do objeto principal, qual seja: recasamento, com as representações sociais identificadas dos objetos secundários (conjugalidade e parentalidade) de forma a abarcar o fenômeno em sua totalidade.

3.2- MÉTODO

Estudamos a questão da parentalidade e da conjugalidade no recasamento a partir de um olhar psicossocial, considerando que o processo em questão ocorre num espaço de intersubjetividades onde se pode verificar confrontos e convergências de universos de ideologias, crenças e representações que são construídas e reconstruídas.

O delineamento que foi utilizado é o de pesquisa qualitativa, pois o estudo teve o objetivo de explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão (Gaskell, 2002, p. 68). Procuramos fazer uma leitura compreensiva da realidade do recasamento, que considerou a dinâmica das relações conjugais e parentais, reconhecendo as subjetividades. Procuramos buscar a contribuição de Teoria das Representações Sociais, que possibilitou analisar como os indivíduos se constroem como produtores da realidade e como produto do meio social. Abordamos a noção de representação social que é situada por Jodelet (1998) apontando o ponto de intersecção do psicológico e do social e buscamos compreender o conhecimento do senso comum que é um saber socialmente elaborado e partilhado levando em consideração as condutas sociais num processo em que sujeito e realidade se transformam.

3.2.1- Participantes

Para a realização desta pesquisa foram realizadas 20 entrevistas com pessoas recasadas que tenham filhos do casamento anterior ou que o seu companheiro (a) tenha filhos do casamento anterior para que pudéssemos assim investigar a parentalidade. A escolha dos participantes não implicou em uma preferência por sexo, faixa etária ou condição sócio econômica, mas foi levado em consideração a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro como área de abrangência territorial.

Nossa intenção inicial foi de compor um grupo de participantes que contemplasse, igualmente, pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. No entanto, o maior número de entrevistados foi do sexo feminino. Desse modo, nossas entrevistas ficaram distribuídas da seguinte forma, sendo 12 mulheres e 08 homens. A idade dos participantes variou de 27 a 48 anos ficando como idade média 35,8.

O acesso aos entrevistados foi proposital ou intencional, quer seja através do nosso conhecimento ou indicação dos próprios participantes, algumas vezes os entrevistados sugeriram nomes de outras pessoas a qual nós podemos contatar. Cabe ressaltar que todos foram entrementes receptivos e cooperativos, demonstrando bastante interesse em responder as questões.

Os participantes foram informados que as entrevistas seriam gravadas e transcritas de forma literal, mas que seus nomes seriam mantidos em sigilo e caso fosse necessário mencionar nomes iríamos modificar, mantendo assim o caráter sigiloso dos entrevistados. Foram informados do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” o qual assinaram e tomaram conhecimento da proposta da entrevista. Os participantes foram entrevistados em locais apropriados em que puderam escolher, como por exemplo, suas residências.

3.2.2- Instrumentos

O instrumento utilizado para compreender a pesquisa de campo foi a entrevista com roteiro semi estruturado, também conhecida como entrevista semi dirigida. Esse tipo de instrumento permite que a entrevista seja orientada por tópicos o qual o entrevistado pode utilizar sem ter necessariamente uma forma rígida de abordagem. Segundo Ocampo (1981, p.54) “ uma entrevista semi dirigida quando o entrevistado tem a liberdade de se expor diante das perguntas do entrevistador, começando por onde preferir e incluindo aquilo que desejar”

Esse modelo de entrevista pode permitir que o entrevistado realizasse seu depoimento de forma mais espontânea e muito particular, mas seguindo um roteiro semi estruturado que possibilitou abordar aspectos importantes e relevantes para os objetivos da pesquisa. Desse modo, acreditamos que as entrevistas contribuíram para que os entrevistados tivessem liberdade de expressão e conseqüentemente puderam contribuir mais e melhor para obtenção do resultado da pesquisa apontando conteúdos bem relevantes.

3.2.3- Procedimento para coleta de dados

Após estabelecermos o critério das entrevistas, como descrito anteriormente, fizemos uma testagem piloto com 5 pessoas, visando a viabilidade do procedimento e possíveis ajustes no instrumento. As entrevistas pilotos foram realizadas com 3 mulheres e 2 homens para sabermos se os objetivos da pesquisa seriam atendidos com o questionário proposto. Como esperado, tivemos que reavaliar o conteúdo dos questionários e optamos por retirar o caráter pessoal de cada questão e transformá-los em perguntas menos objetivas e mais subjetivas de modo que o participante pudesse pensar o fenômeno recasamento num contexto social e não somente no contexto individual.

Na etapa seguinte, demos continuidade as entrevistas de forma efetiva. Esse procedimento levou em média 3 meses entre início e fim das entrevistas. O contato com as

peças se deu a partir de uma ligação telefônica e posteriormente um agendamento pessoal, levando em consideração a disponibilidade dos entrevistados.

3.2.4 – Procedimentos de análise dos dados

Optou nessa pesquisa por trabalhar com a análise de conteúdo. A análise de conteúdo comumente é definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em está em constante aperfeiçoamento e que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais). Em relação a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois eixos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica bastante astuciosa, que exige do pesquisador, bastante disciplina, dedicação, paciência e principalmente tempo. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo quando for definir as categorias de análise. Jamais esquecendo ou deixando de lado o rigor e a ética, que são fatores essenciais (Freitas, Cunha, & Moscarola, 1997).

Bardin (1977) relata que a pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas.

Desse modo, entendemos que a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, de como constroem seus artefatos e a si mesmos e de sentem e pensam (Turato et al, 2008). Esse tipo de abordagem, além de permitir a descoberta de processos sociais ainda pouco conhecidos e referentes a grupos particulares, ainda é capaz de propiciar a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e de novas categorias durante a processo de investigação. Desta forma, a pesquisa qualitativa propicia um modelo de entendimento mais profundo de ligações entre elementos, direcionado melhor a compreensão da manifestação do objeto de estudo (Minayo, 2007). Segundo Turato (2005), esse mecanismo é caracterizado pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão lógica interna do grupo ou do processo estudado.

Utilizamos alguns passos importantes para que pudéssemos desenvolver a análise de conteúdo. Primeiramente transcrevemos todo o material coletado de forma literal. A transcrição literal completa possibilita ao pesquisador um melhor acesso ao seu material e

a possibilidade de arranjos ao longo da análise. Uma transcrição adequada deve ser um registro tão detalhado quanto possível do discurso a ser analisado. A transcrição não pode sintetizar a fala, nem deve ser limpada, ou corrigida; ela deve registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis, inclusive as entonações e os momentos de silêncio e de interrupções.

Um segundo momento é leitura exaustiva do material transcrito. A leitura dos textos transcritos permite ao analista mergulhar no material estudado (Spink, 1995). Uma maneira de iniciar é simplesmente ler e reler as transcrições até a familiarização com o texto. Esse procedimento é uma preliminar necessária para a criação das categorias. A leitura do material exige uma postura cética do pesquisador. Dessa forma, é necessária ao pesquisador a suspensão da crença naquilo que é tido como algo dado.

Posterior a leitura exaustiva do material, montamos uma tabela composta com os dados dos sujeitos pesquisados, tais como, sexo e local onde residem e a transcrição do foi relatado. Cada sujeito recebeu uma letra, seguindo a ordem do alfabeto. Para se identificar as Unidades de Registros, sublinhamos os trechos considerados relevantes, levamos em consideração a repetição do tema, a importância e relevância do tema e a estranheza do tema. Cada trecho sublinhado recebeu um número para que pudéssemos contabilizar o número de repetições, com isso, as idéias semelhantes recebiam a mesma numeração.

Agrupamos os conjuntos de idéias semelhantes, criamos categorias, contabilizamos as repetições e destacamos os fragmentos dos relatos dos entrevistados. As categorias foram analisadas e verificamos se elas possuíam algumas semelhanças, quando as semelhanças pareceram nós reagrupamos e formamos subcategorias que foram nomeadas. Por último transformamos a quantidade de repetição em percentual e construímos gráficos para melhor visualização dos resultados encontrados.

CAPITULO 4 – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os itens abordados nessa pesquisa sugeriram a partir das entrevistas realizadas. Queremos ressaltar que os nomes foram retirados para manter o caráter sigiloso dos participantes, mas não causaram prejuízo e fidedignidade nos resultados obtidos na pesquisa.

As categorias de análises foram inseridas em 8 temas levando em consideração a relevância para os objetivos da pesquisa. São eles:

- Residem na mesma casa;
- Mudanças das pessoas que moram na casa;
- Contato com ex companheiro (a);
- Filhos do casamento;
- Se separar;
- Motivos para se separar;
- Motivos para recasar;
- Relações parentais;

A seguir apresentaremos detalhamento uma análise de cada categoria apresentada, utilizando como um arcabouço teórico dos estudos de família e das representações sociais. Buscaremos sempre uma interlocução entre autores de família e autores da Teoria das Representações Sociais.

4.1- Residem na mesma casa

Nosso objetivo ao propor essa categoria era de identificar que pessoas residem na casa do entrevistado, levando em consideração que a pesquisa foi feita com pessoas recasadas e que nos interessava saber se havia relações parentais além das relações conjugais. Pudemos identificar nessa categoria que as todas pessoas entrevistadas responderam que os filhos, tanto seus, tanto do companheiro (a) ou de ambos residem na mesma casa que eles, não houve nenhum relato de que o casal residia sozinho. No entanto, um relatou nos chamou bastante atenção, pois, apesar de ser casada, o companheiro morava numa casa diferente. Consideramos essa declaração como um ponto de singularidade no tema abordado e achamos importante darmos um destaque para ele.

“Eu e minha filha moramos nessa casa, Sou casada, mas moramos em casa separadas”

(Mulher, entrevista 01)

Observamos nos relatos, as dificuldades de padrastos e de madrastas em exercer a função parental. A inconsistência no exercício da parentalidade se refletiu nas relações entre padrasto/madrasta com os filhos. Apareceram muitos relatos de relações parentais boas, onde madrasta e padrastos têm relações afetivas e amigáveis com seus enteados, mas sempre enfatizando que essas relações são de amizade e parceria e não como função de autoridade. Há também famílias recasadas em que os padrastos se colocam no lugar dos filhos de sua mulher. Percebeu-se, nas entrevistas, entre os participantes, a dominância da figura parental feminina.

“Eu, meu marido, meus 3 filhos, meu enteado e o outro filho dele vem de 15 em 15 dias...Mas mesmo sendo tudo conversado aqui em casa, eu acabo tendo que colocar ordem, pois eles se dão bem, mas as vezes sempre rola um desentendimento”.

(Mulher, entrevista 02)

“Muito boa, muito boa...foi bem natural. Não fiz nada para agradar deixei as coisas irem acontecendo, bem natural. Sou muito amigo dos filhos dela”

(homem, entrevista 01)

A seguir tabela e gráfico que ilustram as categorias e subcategorias dessa temática.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Residem na casa	20	Filhos do casal	40%	08
		Filhos do casamento anterior	60%	12

Tabela 1: Residem na mesma casa

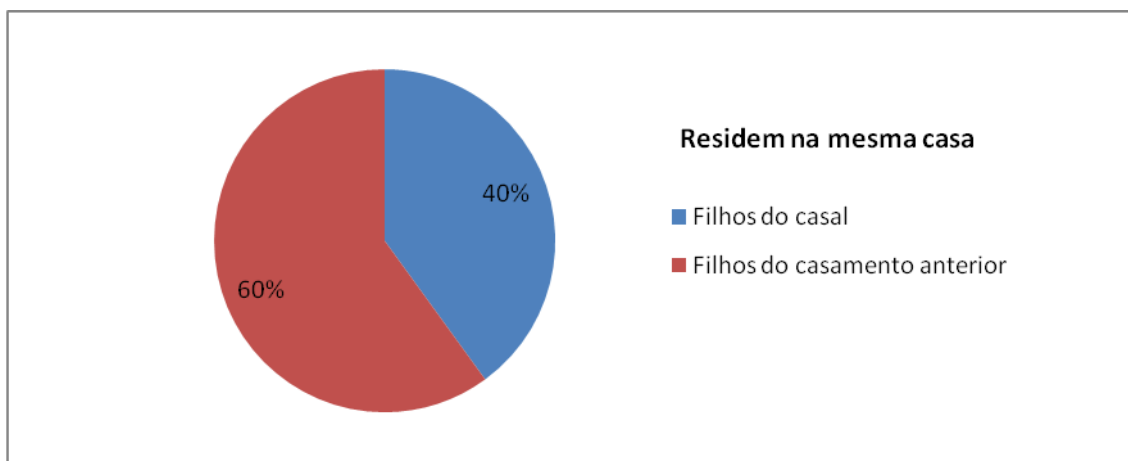


Gráfico 1- Residem na mesma casa

4.2 – Mudanças das pessoas que moram na casa

A presente categoria tem por objetivo apontar as mudanças nos membros familiares, quando há uma separação conjugal. As leituras realizadas por nós para produzirmos essa pesquisa, nos permitiram inferir que as alterações afetivas na vida dos filhos provocadas pela vivência do divórcio dos pais são intensas e duradouras, comprometendo seus relacionamentos futuros e demais condições emocionais. Portanto, é fundamental que a experiência do divórcio, seja vivida pelo casal que a enfrenta de forma equilibrada, com maturidade e respeito, para que sejam amenizadas as consequências emocionais desta vivência que pode causar danos à todos, facilitando o enfrentamento do sofrimento e das dificuldades que dificultam o processo de adaptação às novas construções familiares. Entendemos que essas vivências perpassam a mudanças dos membros familiares e da estrutura física da casa.

Todo divórcio afeta os membros que compõem a família, porém poucos são os que estão preparados para o impacto físico e emocional que é por ele causado. Referente aos sentimentos, efeitos e consequências, a literatura relata diferentes perspectivas, que podem ser observados em crianças e adolescentes que vivenciam a experiência do divórcio de seus pais e conseqüentemente a saída de um dos membros da residência.

“.. O pai dela morava aqui e não mora mais, mas eu optei por meu marido atual morar em casa separada para não tirar a privacidade dela” (Mulher, entrevista 01)

“ Moramos eu, meu marido, meus 3 filhos , meu enteado e o outro filho dele vem de 15 em 15 dias” (Mulher, entrevista 02)

Observamos nessa segunda categoria que a mudança na rotina da família se radicaliza quando um dos membros precisa sair da cena da família. Parentes, amigos, objetos pessoais são incluídos e excluídos da casa, de acordo com a necessidade e com algum mal-estar que o processo de divórcio venha a causar por causa das lembranças do passado.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Mudanças das pessoas que moram nessa casa	20	Sim, houve	60%	12
		Não houve	40%	08

Tabela 2- Mudanças das pessoas que moram na casa

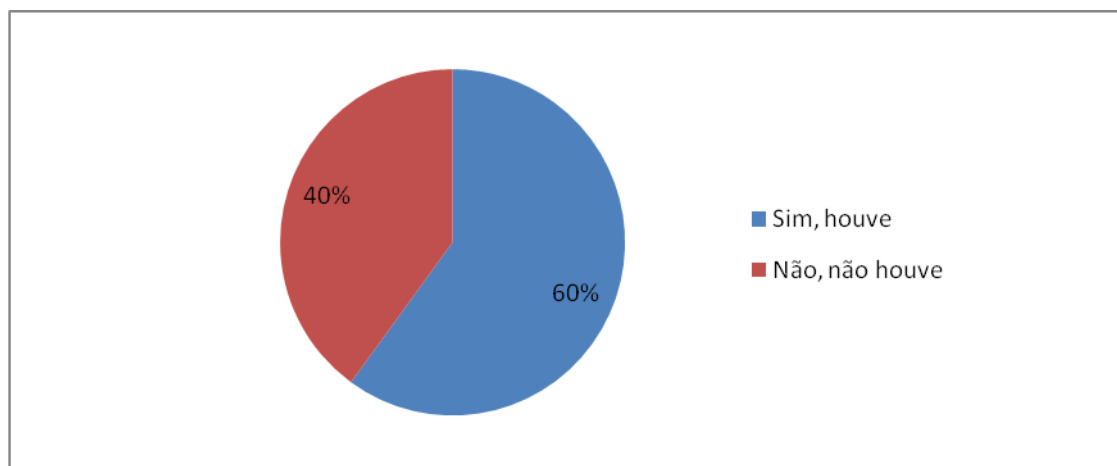


Gráfico 2: Mudanças das pessoas que moram na casa

4.3- Contato com ex companheiro (a)

Essa categoria teve a intenção de investigar se os membros das famílias recasadas mantinham ou mantêm contato com a antiga família, estamos chamando de antiga família o casamento anterior.

Identificamos que as pessoas que mantinham contato com o (a) ex companheiro (a) eram justamente as pessoas que tinha filho dessa antiga relação. Dos nossos 20

entrevistados, 17 pessoas mantinham contato com seu (a) ex companheiro e 03 pessoas não mantinham. Desses 17 que mantinham os 17 tem filhos da antiga relação conjugal.

“Com uma sim, ela é mãe dos meus outros filhos, mas com a segunda eu não tenho contato” (Homem, entrevista 02)

"Então, por incrível que pareça meus casamentos foram excelentes, cada um com sua particularidade. Aprendi muito com as minhas ex mulheres e somos amigos até hoje.

Posso dizer que minhas melhores amigas são elas” (Homem, entrevista 03)

Nossa pesquisa identificou também que dessas 17 pessoas que mantêm contato com seu (a) ex companheiro (a), não conseguem ter um diálogo amistoso. Apenas duas pessoas relataram que a convivência e a relação é boa, os outros 15 entrevistados disseram que só conseguem manter um diálogo superficial e necessário por causa dos filhos, se não fosse isso não teriam possibilidade de conversarem.

“No meu caso é um pouco complicado, pois minha ex esposa é uma pessoa muito difícil de lidar, não tem muito diálogo. A gente teve muitos problemas na educação da minha filha mais velha, pois nós não temos diálogo” (Homem, entrevista 04)

“Sim, mas é muito pouco. Nosso contato é por conta da pensão alimentícia, somente por isso” (Homem, entrevista 05)

Carter & McGoldrick (1995) descrevem que, apesar de poderem escolher não dar continuidade a um relacionamento conjugal, os parceiros continuam sendo coprogenitores de seus filhos, e o fato de terem tido um casamento os designa como “ex-cônjuges”.

Hackner, Wagner e Grzybowski (2006) apontam que o processo de renegociação do relacionamento entre os ex-cônjuges, que acontece após o divórcio, demora para se estabilizar, e pode envolver dificuldades na definição da permeabilidade das fronteiras, o que, por sua vez, pode levar a conflitos. Madden-Derdich e Leonard (2002) definiram o termo coparentalidade como o grau de interação entre os cônjuges e a forma como eles decidem questões relacionadas aos filhos. Desta forma, a coparentalidade diz respeito a

uma parceria, a um interjogo de papéis, para que se possa cuidar dos filhos, transmitindo valores, ideais e expectativas, em uma co-responsabilidade pelo bem-estar dos mesmos.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Contato com o ex companheiro (a)	20	Sim, tenho.	85%	17
		Não, não tenho.	15%	03

Tabela 3: Contato com o ex- companheiro (a)

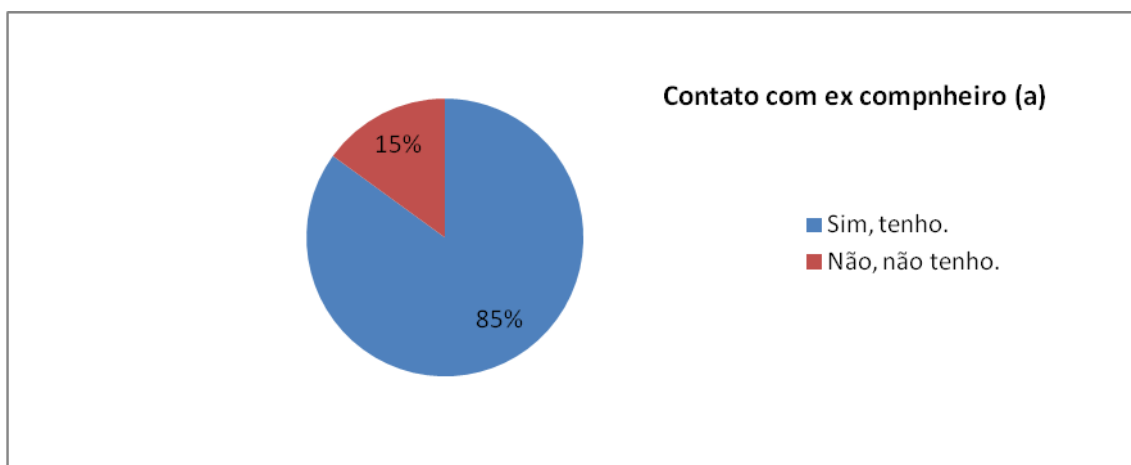


Gráfico 3- Contato com o ex-companheiro (a)

4.4- Filhos do casamento

Essa categoria tem muita referência com a categoria anterior, pois ela informa as pessoas que têm filhos dos casamentos anteriores e como estabelecem a relação com seus filhos a partir da separação conjugal.

Como relatamos anteriormente, 17 pessoas têm filhos do casamento anterior e relatam tentar manter proximidades com os filhos que residam com seus ex companheiros (a). Dessas 17 pessoas 02 delas têm seus filhos morando nas suas residências e 15 pessoas têm seus filhos morando com seus ex cônjuges. Um dos

entrevistados têm dois filhos de dois casamentos diferentes e um dos filhos mora em sua casa e o outro mora com a mãe, mas os irmãos conseguem ter boa convivência e bom relacionamento.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Filhos do casamento	20	Sim, tenho.	85%	17
		Não, não tenho.	15%	03

Tabela 4: Filhos do casamento

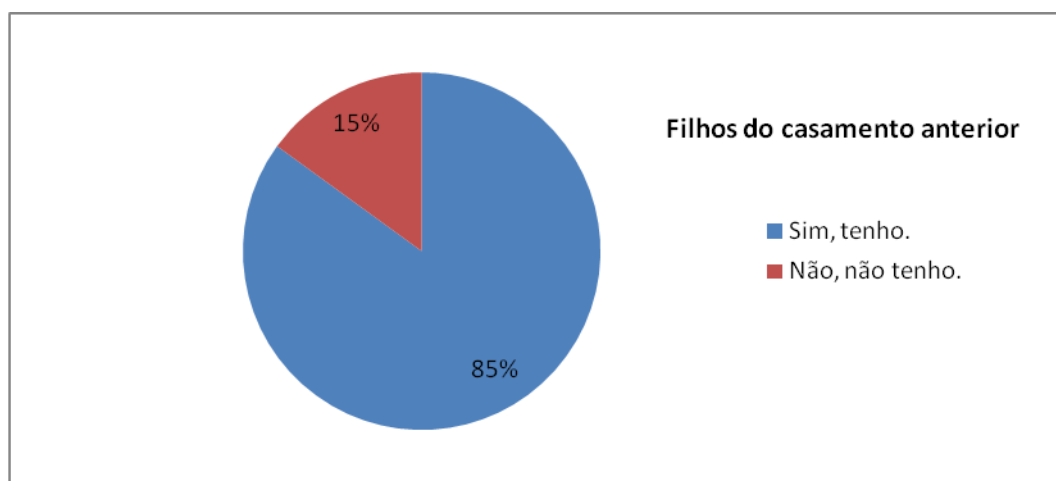


Gráfico 4: Filhos do casamento

4.5- Se separar

A pergunta que norteou essa categoria foi “Para você como é se separar?”. Identificamos em todas as pessoas entrevistadas que há muito sofrimento na separação, mesmo nos casos em que os entrevistados tomaram essa decisão.

Os entrevistados relataram que se separar é um dos eventos mais estressantes da vida e que chega a ser parecido com a morte de uma pessoa muito querida. Mas enfatizaram em sua grande maioria, que a separação depende de vários fatores, tais como as circunstâncias da dissolução do casamento; o envolvimento dos filhos e como a família lida com as tarefas desse novo momento da vida familiar. Esse discurso dos

entrevistados vai de encontro ao que Caruso (1989) descreve. O autor destaca que os cônjuges experimentam, no processo de divórcio, a morte do outro dentro de si, no que chamou de morte em vida. Já Féres-Carneiro (1998) verificou que, apesar dos casais considerarem a separação como a melhor solução para o relacionamento que se encontra muito conflituoso ou adoecido, ela é sempre vivida de forma a causar muita dor, demandando a elaboração de um luto.

“A separação se torna necessária a partir de um ponto, onde as coisas extrapolaram, como por exemplo, a falta de respeito. E quando a relação já não faz mais bem para ninguém, para o casal e para o filho. No meu caso foi um alívio, eu senti um grande alívio” (mulher, 04)

“Ninguém se casa para se separar, né? Se separar acaba sendo uma sensação frustrante. Separação é como se fosse uma derrota de um projeto”
(Mulher, 02)

“É péssimo, é bem semelhante com o sentimento de perder um ente querido”
(Homem, 04)

Considerando as circunstâncias do fim do casamento, a idade, o sexo, a duração do casamento, a posição da família em relação aos papéis de cada um, a qualidade de vida depois do divórcio, tudo isso são fatores que têm influencia em como o casal irá lidar com o divórcio e na possibilidade de ajuste após a separação. O processo transitório de casal para um ex-casal se inicia antes da tomada de decisão concreta, e termina quando o sistema se reestabiliza. Isso se evidencia no relato de uma entrevistada:

“Eu creio que uma ruptura muito drástica. São dois momentos que você sofre igualmente: Quando você entende que não há outra chance, isso acontece dentro de você e o outro momento quando você eterniza isso, que partilha isso com o parceiro. Eu me casei com 23 anos tinha muitos sonhos e expectativas, queria uma relação para sempre, tive 3 filhos, mas queria ter tido mais. E quando você descobre que isso não será possível parece que seu mundo desaba” (Mulher, 01)

Segundo Ahrons (1980) existem cinco estágios pelos quais as famílias passam nesta transição:

- No primeiro momento, pelo menos um dos cônjuges está cogitando o divórcio, e começa a fazer um afastamento emocional. Este momento é marcado por um aumento no estresse e nas brigas. Comumente, o parceiro que iniciou o processo de separação tem um sentimento de culpa, principalmente se o outro não concorda com a decisão. Alguns estudos sobre o término de casamentos apontam que, na maioria dos casos, a decisão de separar não é feita de comum acordo, sendo mais tomada pelas mulheres do que pelos homens (Féres-Carneiro, 2003).
- No segundo momento, os cônjuges informam a família da decisão tomada. Este momento, pode ser para algumas famílias, a fase de maior desequilíbrio e quando o parceiro que não tomou a decisão a percebe como muito súbita e inesperada, torna-se mais difícil o ajustamento emocional.
- Chega-se na terceira fase quando de fato a separação acontece. O casal encontra-se em uma vulnerabilidade emocional grande, e, na maioria dos casos, existe uma ambivalência de sentimentos, pois, apesar da mágoa e da raiva, ainda há um certo apego. Homens e mulheres reagem de forma diferente com a situação, as mulheres tendem a encarar o divórcio de frente, ficando com mais transtornos emocionais, mas depois se recuperam. Os homens, por sua vez, tendem a mudar o foco da situação para outros afazeres, como por exemplo, o trabalho. Desse modo o homem vai se atarefando cada vez mais, sentindo o mal-estar em momentos posteriores.
- No quarto momento, é a hora de tornar clara as fronteiras do relacionamento, pois os hábitos e rotinas que foram combinados no relacionamento devem ser renegociados e mudados. Passar do casal conjugal para o casal parental é a fonte de maiores conflitos, pois não há muitos modelos a serem seguidos. O Processo fica mais difícil quando um dos conjugues utiliza a manutenção do casal parental como forma de manter o vínculo conjugal.
- No quinto e último momento o que fica marcado é a nova organização do sistema familiar. Nesta fase, os familiares são capazes de ter um relacionamento continuado, cooperativo, e todos os membros são incluídos para que seja possível

viver bem as relações. Féres-Carneiro (2003), destaca que para que aconteça uma desvinculação dos membros casal, é importante que haja uma dissolução da identidade conjugal, que foi instituída no casamento. Sendo assim, os casais precisam reconstruir suas identidades individuais, construção essa que é vivida de forma lenta e dolorosa. Este processo é marcado, para homens e mulheres, por sentimentos de solidão, mas, ao mesmo tempo, de gratificação, em função da liberdade readquirida. As mulheres, normalmente, sentem maior alívio e autovalorização, enquanto os homens tendem a ter dificuldades para lidar com o sentimento de “ficar só”.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Se separar	20	Traumático	100%	20
		Abandonar a história	80%	16
		Mudança	60%	12
		Morte	10%	02

Tabela 5 – Se separar

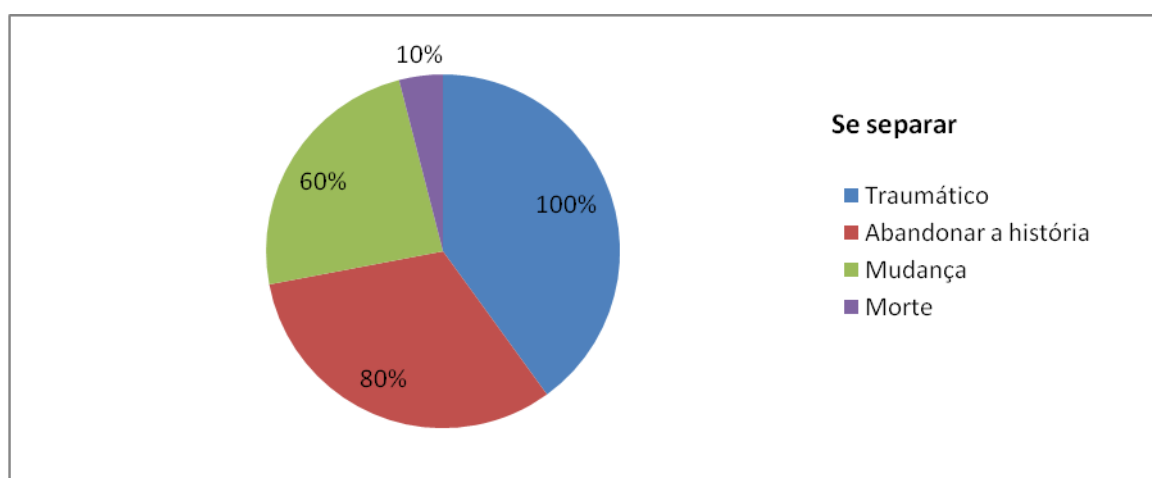


Gráfico 5- Se separar

4.6- Motivos para se separar

Nessa categoria tivemos como questão norteadora a pergunta “ Na sua opinião que motivos levam uma pessoa a se separar?” Encontramos respostas que de alguma forma não atendiam nossa expectativas, pois sempre que realizamos alguma pesquisa em algum momento a expectativa do pesquisador aparece e temos que nesse momento, exercitar nossa neutralidade.

Queremos ressaltar um dado que muito nos chamou a atenção, todos os entrevistados relataram que quem tomou a iniciativa de separação foram às mulheres. Das 12 mulheres que entrevistamos, elas decidiram se separar e dois 08 homens que entrevistamos, ele foram categóricos em relatar que as mulheres (suas companheiras) que decidiram se separar. Esse dado atesta a pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), que aponta que as mulheres estão preferindo romper a relação e pedir a separação. Segundo dados do IBGE foram registrados em 2010, o número de 56.126 pedidos de divórcios, sendo 18.849 de forma não consensual (em que não houve acordo). As mulheres lideraram o ranking de pedidos com 13.297 casos, enquanto os homens fizeram o mesmo 5.552 vezes. A maioria das separações e divórcios do país ocorre de forma consensual. Mas quando há divergências, na maioria dos casos são as mulheres que costumam dar um basta na situação: elas representam 72% dos requerimentos de separação. A parcela de homens que tomam a iniciativa de pedir a separação é de apenas 28%. No entanto, se a vontade de se separar tem maior incidência entre as mulheres, os novos casamentos são mais comuns entre os homens. O IBGE destaca que o maior número de homens que requerem divórcio está associado ao fato de eles casarem novamente em maior proporção que as mulheres.

Em uma entrevista que Feres-Carneiro (2003) realizou com 16 homens e 16 mulheres cariocas, de classe média, com o intuito de verificar como o processo de separação é vivenciado, identificou que o desejo de separação aparece como um anseio predominantemente feminino e, portanto, também a decisão de dar fim à união conjugal também parte da mulher. A mulher enxerga o casamento como uma “relação amorosa” e o homem como “constituição de família”. Para a mulher, se a vida conjugal não está bem, a separação acontece de forma inevitável. Ainda segundo o autor, no caso do homem, ele

separa mais o sexo da relação familiar, de modo que consegue permanecer casado mesmo se a relação amorosa não for satisfatória. Em uma entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, ao ser perguntada por que as pessoas se divorciam, Brentano deu a seguinte resposta: “Se você interpretar os números, um dos principais motivos apontados pelas pessoas que se divorciam é a idade com a qual se casaram. Quanto mais novo você se casa, pelo menos nos EUA, mais probabilidade há em terminar divorciado. Creio que é porque você sabe menos da vida, menos sobre o que é importante para você, quais são seus valores, como você será em dez anos. As pessoas mudam e, muitas vezes, em direções diferentes. Outro motivo é a origem. Não estou julgando, mas falando aqui de tendências de grandes grupos. Quem se casa com pessoas da mesma origem social, religiosa, étnica e de educação tem índice maior de sucesso. Geralmente, quanto maiores as diferenças, menores as chances de os casamentos durarem. Outro grande fator: valores diferentes. A frase popular de que opostos se atraem pode ser verdade no início, mas as diferenças que a princípio pareciam interessantes se tornam ameaçadoras quando você tem de viver com elas o tempo todo. Outro ainda é econômico. Quanto menos dinheiro tem o casal, maior o índice de estresse, de brigas, portanto de instabilidade. É o fim de outro mito, "nós não precisamos de nada, só de um ao outro". Isso é apenas um ditado popular. Muitas pessoas parecem se deixar levar ao casamento sem pensar muito. Pensam mais antes de comprar um carro ou eletrodoméstico do que antes de casar. Parece que "escorregam" para o casamento. Se as pessoas tomassem decisões mais conscientes antes de casar, prezariam mais o casamento e encarariam o divórcio como a última opção. É o que vi em anos de pesquisa” (edição de 24 de julho de 2007, Especial: 30 anos da lei do divórcio).

No Brasil, as causas apontadas não parecem ser muito diferentes. Moraes (1989) fez um estudo com diversos casais, que apontaram as seguintes causas (em ordem de importância): 1) incompatibilidade de gênios; 2) dificuldades de comunicação; 3) dificuldades de relacionamento sexual; 4) problemas financeiros; 5) interferência familiar; 6) infidelidade; 7) vícios; 8) desemprego.

A partir desses resultados, constatou-se que a separação conjugal na contemporaneidade é um fenômeno que pode ocorrer em qualquer etapa do ciclo vital do indivíduo, do casal e da família, com casais que tenham tido filhos ou não, que tenham

oficializado sua relação ou não, com casais que exerçam papéis tradicionais, sendo o homem provedor e a mulher dona de casa, ou casais de dupla renda, de dupla carreira. Nesta perspectiva, constata-se que este fenômeno não está restrito a um grupo específico de características sócio-demográficas, podendo, também por isso, ser considerado uma crise vital. Nesta perspectiva, a constatação de que as uniões não são mais obrigatoriamente para toda a vida, mas sim que podem ser rompidas a qualquer momento gera uma maior instabilidade e uma maior ansiedade. Isso pode levar a maior investimento para a manutenção das relações, ou por outro lado, pode levar à menor comprometimento, pouco investimento e à afirmação de que a “fila anda” e que há sempre a possibilidade de novas uniões que poderão ser melhores do que a atual.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Motivos para se separar	20	Falta de respeito	85%	17
		Incompatibilidade	50%	10
		Desgaste emocional	50%	10
		Imaturidade	30%	06
		Falta de amor	0,5%	01

Tabela 6: Motivos para se separar

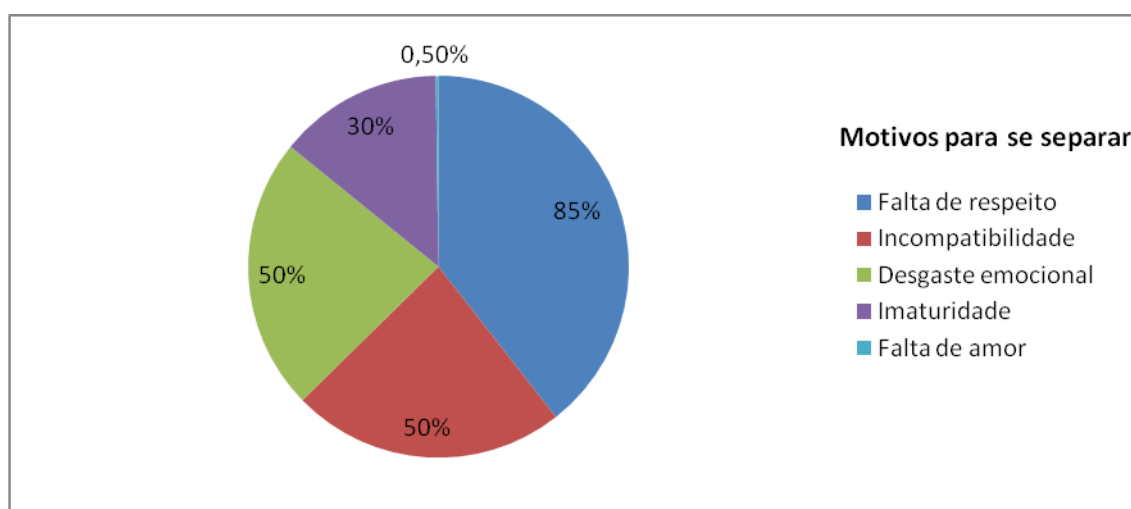


Gráfico 6: Motivos para se separar

4.7 - Motivos para recasar

Nessa categoria, indagamos aos entrevistados “que motivos levam uma pessoa a recasar?”. Pudemos perceber que os motivos que levam uma pessoa a se recasar são proporcionalmente bem distribuídos entre a crença na família e a busca por companheirismo, ao passo que o amor apareceu apenas uma vez como resposta de um dos entrevistados. Os entrevistados destacaram que a nova relação conjugal, se comparada à antiga, é mais sólida e mais realista. Não há tantos entraves e o diálogo é muito mais frequente.

“No meu caso, acho que é mais por querer ter uma família, por querer viver diferente da família de onde você nasceu. Acho que é legal para ter um grupo de amigos, como eu nunca tive meu pai presente. Até hoje meu pai não é presente. No meu caso, isso ajudou muito a querer ter uma família.” (Homem, entrevista 12)

“Porque você se decepcionou com uma determinada pessoa. Então, quando você casa novamente é por acreditar na instituição família. A decisão de um novo relacionamento não é para criar os filhos, mas por acreditar na família.” (Mulher, entrevista 18)

Difícil essa pergunta, hein? (risos). Eu acho que é assim: uma tentativa de recomeçar uma nova história e de perceber que essa nova história pode ser diferente. Eu acho que vou acabar falando de mim, da minha experiência, comigo foi muito assim. É uma tentativa de recomeçar uma nova história, de perceber que pode ser diferente, de uma forma diferente. Encontrar uma pessoa que pense mais a ver com seu jeito. A gente aprende muito, numa separação a gente aprende muito com o erro do outro e com os nossos também e a gente vai para uma relação muito mais madura. Acho que é isso.” (Homem, entrevista 09)

Nesse tema, a intenção foi compreender as razões que levaram as pessoas entrevistadas ao recasamento. Ramos (2003) e Féres-Carneiro e Ziviani (2009) admitiram que a grande dificuldade de ser casal está no fato de este conter duas individualidades (duas histórias de vida) que necessitam conviver com uma conjugalidade (um desejo conjunto). Para esses autores, só é possível prever o ajustamento conjugal de um novo casal quando se consegue perceber os motivos da

união e, ainda mais, as circunstâncias nas quais ela ocorre.

Foram vários os motivos elencados pelos participantes: desejo de ser apoiado, de companhia, de ter um filho biológico, de ser feliz após um fracasso anterior. O comentário desses participantes, que destacamos acima, ilustra o pensamento de Ramos (2003) e Diniz (2009) quando pontuaram que, diante do desafio constante, ao qual o homem e a mulher contemporâneos são submetidos, a busca da realização pessoal é tida como valor prioritário, mesmo implicando um certo sofrimento para as pessoas que amamos.

Uma entrevistada admite ter partido para um segundo casamento por sentir falta da intimidade e do companheirismo. Esse dado também foi mencionado por Waldemar (1996) e Kunrath (2006) ao afirmarem que a maioria dos que se separam e casa novamente é porque o ser humano tem a necessidade básica de laços e conexões.

“Eu acho que na busca de companhia. No meu caso, a busca por um companheiro é o fato de não querer estar sozinha, querer partilhar a vida com alguém, partilhar as responsabilidades e também as vitórias. Eu acho que casa novamente tem a ver com solidão”. (Mulher, entrevista 06)

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Motivos para recasar	20	Crença na Família	55%	11
		Companheirismo	55%	11
		Amor	0,5%	01

Tabela 7- Motivos para recasar

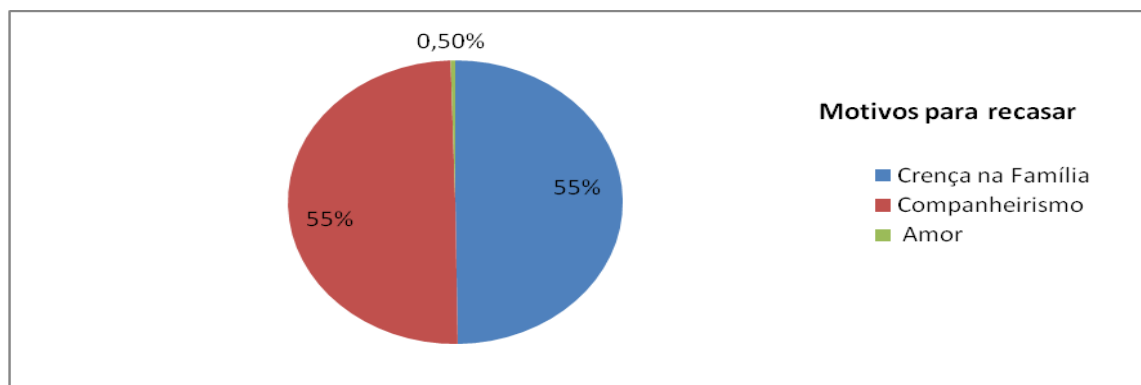


Gráfico 7 : Motivos para recasar

4.8 - Relações parentais

Nesse tema, buscamos descrever como decorreu a adaptação por parte dos membros da família recasada e, especialmente, dos filhos. Em geral, as falas mostraram que cada membro se adapta no seu ritmo e são necessários tempo, paciência, tolerância para que os diferentes personagens comecem a se considerar uma família.

“A relação com meu enteado é boa, tento respeitar um pouco a criação dele. Ele mora com a Mãe, mas está sempre coma gente. Eu converso bastante com a mãe dele pra fazer alguma orientação e não tirar a autoridade dela”.(Mulher, entrevista 08)

O relato dessa participante mostra que a adaptação dos membros na sua família recasada foi boa, mas delicada, pois precisou estabelecer um primeiramente com contato com a mãe de seu enteado. Essa nova família é que "inventará" sua forma de funcionar e de se articular, dependendo muito tempo e energia na busca da determinação de suas linhas de conduta e da organização do dia a dia familiar.

“Boa. Temos momentos de diferenças, não são como filhos de sangue, mas convivemos muito bem. Precisamos de tempo para se criar intimidade” (Homem, entrevistado 19)

A fala desse participante confirma o que Mcgoldric e Carter (1995) encontraram em seus estudos, ao constatarem que o sentimento de "pertencer" na família recasada demorou de dois a quatro anos para a maioria de seus membros.

Em relação as mudanças na configuração familiar, identificamos na resposta dos entrevistados, o mito do "amor instantâneo" apontado por Gameiro (1998). Isso significa que os cônjuges não podem esperar que seus filhos aceitem o(a) novo(a) parceiro(a), bem como os(as) filhos(as) deste(a), imediatamente. No momento inicial do recasamento, o papel parental deve ser desenvolvido pela figura parental biológica, e o padrasto ou a madrasta deve estar preparado(a) para ser um(a) precioso(a) auxiliar. E com o passar do tempo e com a idade dos enteados, e também com base no posicionamento dos pais biológicos, esse papel pode se tornar mais ativo.

Categorias	Entrevistas	Subcategorias	Porcentagem	Unidade de Registro
Relações parentais	20	Relação boa com os filhos do companheiro (a)	65%	13
		Relação ruim com os filhos do companheiro (a)	35%	07
		Relação boa do companheiro (a) com seus filhos	75%	15
		Relação ruim do companheiro (a) com seus filhos	25%	05
		Relação dos irmãos (caso tenha irmãos)	3%	06

Tabela 8: Relações parentais

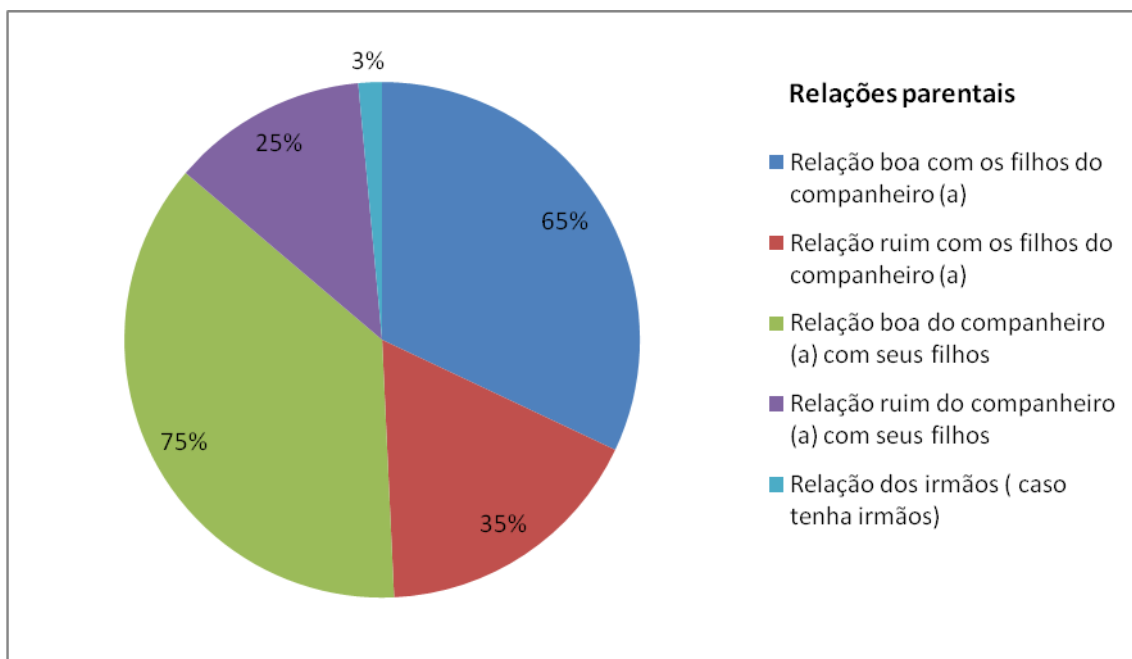


Gráfico 8: Relações parentais

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 – Conjugalidade e Representações Sociais:

Conjugalidade refere-se à parilha conjugal e representa um espaço de apoio e construção ao desenvolvimento familiar. É com a formação do casal que a conjugalidade tem início, quando dois indivíduos demonstram comprometimento com uma relação estável e duradoura, se complementam e se adaptam reciprocamente. Esse é um modo de formação do modelo de funcionamento conjugal. Este modelo e resultado, inicialmente da integração do modelo de conjugalidade construído nas famílias de origem, ou seja, seus pais e familiares (Sousa, 2006).

A partir desse momento instaura-se a tarefa primordial de articulação entre individualidade e conjugalidade, que tem relação com às heranças das famílias de origem (Sampaio e Gameiro, 1985). Minuchin (1982) descreve sobre a importância de que cada membro do casal se entregue ao relacionamento sem que tenham a sensação de renúncia à sua individualidade ou às suas questões familiares. Do mesmo modo, não deve querer que seu cônjuge também renuncie às influências vindas de suas famílias. Assim, é através desta jogada de equilíbrios e complementaridade que a conjugalidade se torna, idealmente, funcional.

A conjugalidade torna-se então num processo de realidade comum entre os pares, onde cada membro do casal reconstrói a sua realidade individual, partindo de referências comuns e de uma identidade conjugal. Cada definição do cônjuge sobre a realidade, deve ser constantemente correlacionada com as definições do outro, que ao mesmo tempo, passa a estar presente em praticamente todos os aspectos quotidianos. (Veiga da Silva, 2001). Ou seja, os dois sujeitos envolvidos na relação têm que negociar a vivência. Tal negociação implica tomar uma série de decisões no quotidiano comum, que para além dos ganhos, também implicam perdas (Singly, 2000). Como Lourenço e Henriques (2000) descrevem, um casal como “ex-solteiros”, onde o homem e a mulher têm de renunciar a hábitos antigos, integrar o cônjuge em ocasiões que anteriormente viviam sozinhos e incluí-lo na maioria dos seus planos e projeções futuras.

Diante da proposta teórica das TRS, assumiu-se, nessa pesquisa, a conjugalidade como um objeto social relevante (Sá, 1993), e que sua configuração sofre influência da experiência do casamento e do recasamento. O casamento é concebido como um ritual

tradicional do qual fazem parte o culto religioso e a festa de casamento com todos os aspectos relacionados: vestido de noiva, damas de honra, bolo de noiva, entre outros.

Essa idéia de casamento se relaciona à perspectiva de demonstrar, de alguma forma, aos amigos e familiares o novo espaço social que o casal assume. Dessa forma, há uma mudança no status do casal que, antes, era de namorados e passa a ser de casados. O casamento, para os participantes, então, é a próxima fase no relacionamento. Embora Bulcroft e colaboradores (2000) verifiquem a diminuição da importância social do casamento nos últimos tempos, o casamento continua sendo um marcador social importante para determinados grupos e isso ficou explícito nas pessoas que entrevistamos. Então, o casamento é uma representação social e conseqüentemente o recasamento.

Um importante elemento que explica a representação social de casamento é a constituição de família, desejo de ter família.

Família, aqui, é entendida a partir da vivência conjugal com filhos, ou seja, como família nuclear: pai, mãe e filhos e no caso de recasamentos, poder proporcionar a “vida em família” aos filhos. Sobre os filhos, identificamos na nossa pesquisa que, o principal cuidador do filho deve ser a mãe, mas observa-se que é considerada positiva a participação mais ativa do pai no cuidado com o filho e que o papel do padrasto aparece como uma pessoa amiga e não de autoridade parental. É interessante ressaltar que as mães ainda têm certas ressalvas em relação à participação ativa do padrasto, mas essa participação se torna possível à medida que o padrasto assume comportamentos que demonstrem a sua capacidade e quando o pai é ausente. Esses dados corroboram as discussões em torno do novo modelo de paternidade no qual o pai atua de forma ativa nos cuidados corporais e necessidades afetivas do filho (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004).

Ao falar sobre casamento, os participantes retomam a palavra amor. Sendo assim, ao se falar de casamento, fala-se em amor e vice-versa, indicando a ligação dessas duas representações em um campo representacional. No entanto, ao se falar de recasamento, o amor não é tão enfatizado e a representação social de recasamento, possui vários outros elementos: busca por cumplicidade, busca por companheirismo, busca por respeito e troca.

A partir do elemento representacional “acreditar na família” é possível verificar a mudança na representação social de amor romântico referente à ideia de um único e verdadeiro amor (Sprecher & Metts, 1999), que aparece no casamento. Num primeiro momento, embora pareça não ser muito diferente, percebemos diferenças importantes. A idéia da existência de um único e verdadeiro amor indica que existem apenas duas pessoas

em todo o mundo que foram feitas uma para a outra, e, quando essas pessoas se encontram, isso significa que serão felizes para o resto da vida, idéia muito preponderante no casamento. Já a idéia buscar um companheiro por acreditar na família tem vários elementos que a tornam diferente, pois se o casamento não deu certo ou fracassou, é possível buscar por uma nova companhia.

Nesse sentido, no casamento, acredita-se que aconteceu por amor, e o fim do casamento pode acabar junto com o fim do amor. Mas, no recasamento a formulação do amor romântico fica em segundo plano por se acreditar mais precisamente na construção do companheirismo através da crença na família. Nesse caso, verificam-se duas possibilidades: (1) No casamento: não encontrar a pessoa certa e, por isso, é necessário encontrar a pessoa certa para ser feliz – perspectiva que se aproxima bastante da ideia de único e verdadeiro amor, e (2) no recasamento, existe várias pessoas certas em momentos diferentes da vida e por isso há possibilidades de novas tentativas. De acordo com os dados dos nossos entrevistados, pessoas recasadas tendem a acreditar mais na segunda opção.

A representação social de recasamento ainda contém os elementos de crença no companheirismo e amor. Todos estes estão interligados e associados à idéia de crença na família, mencionada anteriormente. Nesse sentido, ter um companheiro(a) é conhecer afetivamente o cônjuge, dar o suporte de que ele necessita e respeitá-lo como pessoa. Esse processo deve ser recíproco, por isso os participantes mencionam a importância da troca na relação.

A representação social de recasamento possui elementos novos em relação ao casamento. As semelhanças relacionam-se a elementos como cumplicidade, companheirismo e amor. Estes elementos apresentam o recasamento como à segunda possibilidade de alcançar a satisfação e a felicidade, além do amor. Os elementos novos explicitam a complexidade da relação que se estabelece no recasamento, tal como a crença na família. Como indica Dias (2006), as novas configurações familiares trazem consigo o envolvimento de diversas pessoas (ex esposa (o), filhos, novos parentes), o que de fato aumenta o nível de complexidade das relações estabelecidas.

A representação social da separação/divórcio também compõe o campo representacional da conjugalidade. Na nossa pesquisa identificamos quatro elementos comuns que fazem parte da representação social da separação: Traumático, abandonar a história, mudança e morte.

Em resumo, verifica-se que o lugar de coerência (Flament, 2001) do campo representacional da conjugalidade está na relação entre os objetos de representação amor, casamento/recasamento, separação/divórcio, que formam uma rede complexa e coerente, mas que contêm contradições. O campo representacional da conjugalidade tem o amor como base para o casamento apresentado como uma parceria. O amor, de acordo com os dados, permite a felicidade e a completude de um indivíduo, mas também a falta de amor é motivo para que os casais se separem. Enquanto que no recasamento o amor é importante, mas não é preponderante na decisão de uma pessoa se unir a outra. E no objeto separação/divórcio encontramos no campo representacional uma forma de ressaltar o espaço social da conjugalidade que se faz diferente do espaço social de solteiro.

Percebemos que as Representações Sociais da conjugalidade ocorrem por meio das trocas da comunicação e da experiência. Dessa forma, verificamos que os sentidos observados são reflexos do espaço social de pertença.

No estudo das Representações sociais da conjugalidade percebemos as seguintes características: pequeno aumento no número de casamentos, aumento no número de divórcios, aumento nas novas configurações familiares, redução do número de filhos por casal, valorização da participação das mulheres no mercado de trabalho. A partir da realidade exposta, observa-se que, diante das várias possibilidades conjugais, a vinculação afetiva e a busca da felicidade, companheirismo, crença na família e a busca da satisfação conjugal parecem ser os únicos elementos estáveis nas Representações Sociais da conjugalidade e, embora possam parecer contraditórios quando analisados e comparados no casamento e no recasamento, são organizados de forma coerente com o objetivo de justificar justamente a busca da felicidade e a satisfação conjugal. Essa busca não é puramente hedonista, no sentido de fazer todas as vontades e desejos do indivíduo, uma vez que está associada a valores e crenças do que é certo e errado e a idéia de parceria, embora também esteja associada ao conceito de individualismo e ao avanço do sistema capitalista (Branden, 1980).

A crença na família e o companheirismo parecem ser os elementos norteadores das Representações sociais de casais recasado e também das práticas sociais, inscrevendo-se, assim, como conceitos nos processos de negociações do casal. Em outras palavras, a crença e o companheirismo se apresentam como valores centrais dos indivíduos e, que, por isso, assumem a função de orientar a assimilação das representações sociais, assim como, de justificar as práticas utilizadas.

5.2 – Parentalidade e Representações Sociais:

O Casal, no desejo de viver junto, de criar uma nova família a partir do recasamento e um modelo de relação próprio, deve abrir tempo e espaço para o “eu”, o “tu”, o “nós” e não tanto para os “outros”, que ficam para segundo plano. Assim, uma das funções deste subsistema é o desenvolvimento de limites/fronteiras que protejam o casal da intrusão de outros membros. Desta forma, o casal necessita constituir uma plataforma de suporte para lidar com os vieses intra e extra familiar, proporcionando-lhes satisfação das suas necessidades psicológicas e sabendo ajustar a figura dos filhos que se apresentam nessa configuração (Sousa, 2006).

A definição de família fornecida por Ramos (2005) destaca estas modificações que ocorreram ao diferenciar conjugalidade de parentalidade, e remete também a compreensão da vinculação familiar por meio do afeto e não somente pela consanguinidade: “A família é a referência existencial do ser humano, caracterizando-se pela união de pessoas vinculadas por laços de afeto (real ou presumindo) num contexto de conjugalidade ou parentalidade”(p.98).

A separação, no entanto, trará consigo outro desafio: a reconstrução da identidade de parentalidade que pode ter se mesclado com a conjugalidade. Quando o casal separado possui filhos, o desafio se inscreve também em outra ordem, a dos papéis parentais. O ex-casal deverá estruturar-se no que tange à parentalidade e a principal mudança a ser enfrentada pelos ex-cônjuges refere-se a manutenção da relação parental, resguardando as individualidades de cada genitor (Brito,2005). No entanto isso torna-se mais complexo quando um desses conjugues resolvem estabelecer novas relações conjugais.

No primeiro casamento a díade conjugal antecede a díade parental. Em uniões subsequentes a relação pai-filho(a) ou mãe-filho(a) precede a relação conjugal. No período pós-separação, que antecede ao recasamento, o vínculo entre o pai ou a mãe separado(a) e os filhos que moram com ele(a), torna-se mais estreito, o que dificulta a aceitação, por parte dos filhos, de um novo membro na família.

É certo que, tentar enquadrar estas famílias poderá levantar alguns problemas na sua organização, no entanto, mais importante do que isso são talvez as questões relacionadas com a divisão dos papéis. Não se trata aqui da divisão clássica entre pai e mãe, mas entre os protagonistas masculinos e femininos envolvidos no processo de recomposição. Por exemplo: o pai biológico e o novo companheiro da mãe. “À parentalidade biológica vem somar-se a parentalidade social” (Segalen, 1999, p. 209).

Mesmo assim, é certo que o pai, apesar de nem sempre ser uma evidência, não se escolhe. Ele existe simplesmente. O seu lugar e o seu papel raramente são postos sem causa, até mesmo quando é acusado de “destituição paterna”.

Ao contrário, o padrasto não é um parente da criança, mas um invasor do cotidiano que entra em casa, muitas vezes sem pedir autorização, ocupa um lugar privilegiado no quarto da mãe e, por tudo isso, tem de provar com o tempo que é capaz de ser “qualquer coisa no meio” — entre parente e estranho ou um “parente estranho” (Beer, 1988), um amigo, um cúmplice. E quem sabe, com algum tempo, imaginação, jeito e paciência um segundo pai ou um quase pai. Tudo indica que o papel de e padrasto e madrastra, sendo um papel de composição, se constrói com vontade e no tempo, e cuja legitimidade se conquista continuamente (Théry, 1995).

Pais, padrastos e madrastras, numa configuração familiar recasada, não devem ser pensados em separado. Porque só através da relação das crianças com os seus pais, elas poderão reconhecer no padrasto e na madrastra alguém que pode partilhar com eles a sua educação. Na verdade, o padrasto e a madrastra não entram na família por causa das crianças, mas por causa de um adulto (neste caso a mãe ou o pai) e, para além disso, numa fase de reforço dos laços entre a mãe guardiã e os filhos. Ou seja, as mães sozinhas e os seus filhos criam um novo sistema familiar, e é precisamente neste sistema em que se partilha uma história, se intensificam relações e se restabelecem regras, que chega o padrasto. Em todo o caso, a chegada do novo companheiro da mãe também pode representar um reforço no orçamento da nova família, e conseqüentemente um aumento da estabilidade econômica e da qualidade de vida do agregado familiar (Morgan, 1991).

As diferenças entre os gêneros feminino e masculino, propagadas pela ciência (Badinter, 1985) e incorporadas ao senso comum, são a base das representações sociais da maternidade e da paternidade, da conjugalidade e da parentalidade, e, conseqüentemente, da guarda de filhos (Trindade, 1999, p. 33). Devido a isto, em casos de separação, considera-se “natural” (concepção culturalmente construída) que à mãe seja concedida a guarda dos filhos, já que sempre coube a ela o papel de cuidadora dos filhos, restando ao pai “a incumbência de prover as necessidades materiais da família” (Barreto, 2003, s.p.). Ficam evidentes, aqui, as representações sociais dos papéis feminino e masculino, verdadeiros pilares das representações sociais da maternidade e da paternidade, ambas baseadas (leia-se ancoradas) em um modelo tradicional e arcaico.

Essa forma de conceber e organizar a família foi naturalizando-se com o tempo, sedimentando-se nas representações sociais de tal maneira que chega a ser considerada hegemônica (Moscovici, 1984). No entanto, os papéis feminino e masculino são social e historicamente construídos. Os estudos atuais, com efeito, demonstram que a participação paterna é tão importante quanto a materna no desenvolvimento dos filhos (Bustamante & Trad, 2005; Dantas, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004), ou seja, "que os pais são agentes importantes no desenvolvimento da criança e que têm potencial para serem pais competentes e envolvidos". Nazareth (1998, s.p.) assevera que tal como o materno, "o amor paterno também é semeado, alimentado e aprendido no trato diário com os filhos. Nas oscilações da convivência, em meio à ambivalência, é construído e sustentado. Nada difere em possibilidade, da magnitude do amor materno". O exercício de maternidade e paternidade, portanto, não se dá automaticamente com o nascimento do filho: "É na convivência íntima do dia-a-dia que vai ser construída uma outra forma de parentalidade: a parentalidade psicológica" (Cezar-Ferreira, 2007, p. 92). É o que se define como maternagem e paternagem, neologismos que diferenciam a parentalidade biológica (ter filhos) da psicológica (criá-los).

Observa-se no dia a dia forense muita confusão entre conjugalidade e parentalidade, como se, de fato, não fossem concernentes a relações distintas. Essa questão coloca as representações sociais em constante mutação, conforme nos orienta Sá (1994). Isso reflete negativamente tanto na vivência do casamento ou da união estável, como também e, sobretudo, na vivência da ruptura conjugal, surtindo efeitos nefastos no período pós-separação. Conjugalidade diz respeito à relação construída entre duas pessoas, casadas ou não, que vivem uma relação amorosa com o intuito de formar uma família— com ou sem filhos. Uma das características principais da conjugalidade atual é sua dissolubilidade, que pode ocorrer, entre outros fatores, pela dissolução da união estável ou pelo divórcio (Lei n. 10.406, 2002). A parentalidade, por sua vez, diz respeito à relação indissolúvel entre pais e filhos. Com efeito, "a indissolubilidade não se aplica mais à união conjugal, e sim à filiação" (Brito, 2001, s.p.). A principal diferença entre conjugalidade e parentalidade, portanto, é a possibilidade de dissolução, presente naquela e ausente nesta.

No entanto, embora sejam relações distintas, a conjugalidade e a parentalidade influenciam uma à outra. Há, de fato, ligação entre as relações conjugais e parentais, especialmente quanto à qualidade de uma influenciando a qualidade da outra. Assim, durante a relação amorosa entre pessoas com filhos em comum, a maneira como a

conjugalidade é vivenciada influencia na parentalidade. Tal influência persiste após a ruptura, pois o modo como se dá a separação conjugal igualmente influencia a parentalidade depois dessa separação.

Os modelos parentais referem-se ao modo como se estabelecem as relações entre pais e filhos e como essas posições estão demarcadas na família. Introduzem a assimetria, a heterogeneidade e a complexidade como organizadores das relações pais e filhos, favorecendo a introjeção de noções como sexo, gênero, idade e geração. Na maioria das famílias recasadas participantes, os modelos parentais se revelam abalados de alguma forma e os padrastos têm dificuldades em exercer as funções parentais. Há dominância da figura parental feminina, que é a principal responsável pelo exercício da parentalidade na maioria dessas famílias. Em alguns casos, os padrastos encontram-se na posição de filhos e é atribuída às mães a liderança familiar de modo exclusivo. Observa-se nas representações sociais levantadas, que a inconsistência no exercício da parentalidade se reflete em dificuldades de contato afetivo entre padrastos, madrastas e enteados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta, ao longo deste estudo, foi desenvolver um trabalho com levantamento bibliográfico, juntamente com pesquisa de campo a respeito das novas configurações familiares acerca do recasamento, tendo como norteadora a Teoria das Representações Sociais. Foi nosso objetivo revisitar a bibliografia para melhor ilustrar esse modelo familiar e essa Teoria.

A revisão da literatura sobre recasamento enfatiza a posição ocupada pela família nuclear, vista como modelo paradigmático ao qual as famílias recasadas são comparadas. Esta comparação, que ocorre tanto socialmente quanto por parte de um número significativo de pesquisadores, coloca a família de recasamento em uma posição pouco privilegiada, e soma-se às possíveis dificuldades de interação entre seus membros, considerando a influência do modelo de família nuclear. Dentro do nosso objeto, já postulado, também era nosso objetivo descrever a conjugalidade nesses pares que se recasam e a parentalidade exercida nessa nova formação familiar.

A literatura por nós consultada faz uma articulação constante entre as pesquisas iniciais sobre o recasamento e as atuais, que pudemos perceber não serem muitas. Há uma escassez de pesquisas nessa área. Conseguimos abarcar as especificidades das interações entre membros de famílias recasadas e descrevemos, de forma detalhada, as diversas perspectivas envolvidas, direta ou indiretamente na situação de recasamento no capítulo 01.

No capítulo 02 descrevemos a Teoria das Representações Sociais que foi originada na Europa numa publicação feita por Moscovici (1961) de seu estudo *La Psychanalyse: Son image et son public*. A Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de psicologia social e difere das formas psicológicas de Psicologia Social que atualmente são predominantes nos Estados Unidos. Embora a Teoria das Representações Sociais tenha surgido na era moderna, ela de certa forma pertence ao solo intelectual de toda tradição ocidental. A teoria das representações sociais se dirige à formação das explicações produzidas pelo senso comum, em sociedades complexas e não exatamente às formas de saber mais elaboradas ou estruturadas, como o mito, a religião, a linguagem, ou mesmo a ciência, que são melhor tratadas por meio do conceito durkheimiano de representações coletivas. Nessa perspectiva abrangente, Moscovici (1981, p. 181) define representações sociais como:

“o conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida diária no curso das comunicações interindividuais. Elas são o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”.

No Capítulo 03 fazemos uma rápida apresentação da metodologia do trabalho. O delineamento que foi utilizado é o de pesquisa qualitativa, pois o estudo teve o objetivo de explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Para a realização desta pesquisa foram realizadas 20 entrevistas com pessoas recasadas que tenham filhos do casamento anterior ou que o seu companheiro (a) tenha filhos do casamento anterior para que pudéssemos assim investigar a parentalidade. O instrumento utilizado para compreender a pesquisa de campo foi a entrevista com roteiro semi estruturado, também conhecida como entrevista semi dirigida. Optamos nessa pesquisa por trabalhar com a análise de conteúdo. A análise de conteúdo comumente é definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em está em constante aperfeiçoamento e que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais)

Discutimos no capítulo 04 os dados obtidos na nossa pesquisa, tivemos uma amostragem significativa que resultou em oito categorias e no capítulo 05 realizamos uma discussão dos resultados articulando parentelaidade, conjugalidade e Representações Sociais.

Nos resultados da pesquisa, encontramos uma relação entre conjugalidade e parentalidade. Os participantes das entrevistas em sua maioria, apontaram que a decisão acerca da separação é muito difícil, pois pensavam muito nos filhos evidenciando o conflito de interesses entre a felicidade dos conjugues e a dos filhos. De fato, o maior desafio da separação do casal com filhos é compreender a diferença entre a inevitável dissolução do vínculo conjugal e a necessária manutenção do vínculo parental. A maioria dos participantes afirmou que a reação dos filhos à separação influencia a decisão do casal. A representação do filho como amálgama do casal é bastante forte na fala dos participantes, enfatizando com isso que recasar passa pela aprovação dos filhos em relação ao novo (a) companheiro (a), o que indica sua dificuldade em diferenciar conjugalidade de parentalidade.

Percebemos que as Representações Sociais da conjugalidade e da parentalidade ocorrem por meio das trocas da comunicação e da experiência. Dessa forma, verificamos que os sentidos observados são reflexos do espaço social de pertença dos membros da família.

O estudo apresenta algumas limitações que podem ser superadas em pesquisas posteriores. As limitações referem-se ao recorte dado no delineamento metodológico. Verifica-se que, para uma análise mais apurada da relação entre representações sociais e práticas conjugais e parentais, é necessário realizar um inventário das práticas cotidianas

utilizadas na conjugalidade e na parentalidade, assim como, a observação dessas práticas e talvez a utilização da análise do discurso ao invés da análise de conteúdo.

Utilizou-se a abordagem da Psicologia Social, na perspectiva de integrar o social e o indivíduo. A partir dessa abordagem, optou-se pela Teoria das Representações Sociais para enfocar tanto a participação do indivíduo na construção da realidade quanto a influência da realidade na construção da subjetividade do indivíduo. Como resultado, verifica-se, de fato, como o indivíduo em seu cotidiano, constrói a conjugalidade e a parentalidade, na medida em que define e escolhe os caminhos que quer percorrer na busca da felicidade conjugal, mas, ao mesmo tempo, recorrem a crenças, valores e opiniões compartilhadas para desenhar esse caminho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. **O divórcio no direito brasileiro: anotações a lei 6515 de 26.XII 1977.** Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1981.

ABRIC, J.C. **Práticas Sociais y Representaciones.** México: Filosofia y Cultura Contemporânea, 1994

ABRICc, J.C. **O estudo experimental das representações sociais.** In D. Jodelet (org.). **As representações sociais.** (pp. 155-172). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais.** Em A. S.P, Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), **Estudos interdisciplinares de representação social** (pp. 27-38). Goiânia: AB, 1998.

ABRIC, JC. **Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes.** In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas** (p.37-57). Goiânia: UCG, 2003a.

ALMEIDA, A.M.O. **A pesquisa em representações sociais: proposições metodológicas.** In M.F.S. Santos & A.M.O. Almeida (orgs.). **Diálogos com a teoria da representação social.** Ed. Universitária da UFPE, 2005.

AMARAL, D.H. **Recasamento: percepções e evidencia dos filhos do primeiro casamento.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica – Departamento de Psicologia Clínica, 2010.

ANDOLFI, M. **A crise do casal. Uma perspectiva sistêmico-relacional.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANDRADE, M.A.A. **A identidade como representação e a representação da identidade.** In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representações sociais.** (pp. 141-150). Goiânia: AB, 2000

ARAÚJO, M.F. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22 (2), 70-77, 2002

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família.** Editora Guanabara, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1973.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1985

BERGER, P.L. & KELLNER, H. **Marriage and the construction of reality.** *Diógenes*, 46, 1964p. 1-25.

BERNSTEIN, A. C. **Recasamento: redesenhando o casamento.** In P. Papp (Orgs.), **Casais em perigo. Novas diretrizes para terapeutas** (pp. 295-322). Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRITO, L.M.T. **Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família.** Relume Dumará, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1993.

BOURDIEU, P. **À Propôs de la famille comme catégorie réalisée.** In: Actes de la recherche em sciences sociales, Paris, n. 100, p. 32-36, déc. 1993

BUCHER, J. S. N. (1999). **O casal e a família sob novas formas de interação.** Em FÉRES-CARNEIRO (Org.), **Casal e Família. Entre a tradição e a transformação.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, P. 82-95.

CAMPOS, P.H.F. **A abordagem Estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais.** In: P. H. F. Campos, P.H.F. & S. Loureiro (Eds), **Representações Sociais Práticas Educativas** (pp. 22-36). Goiânia: Ed. UFG, 2003

CANO, D. S., GABARRA, L. M., MORÉ, C. O. e CREPALDI, M. A. **As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro.** Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 22, n.2, 2009, p. 214-222.

CARTER, B., MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** Artes Médicas, 2ª ed., Porto Alegre, 1995.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2001

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil).** In: CORRÊA, Mariza (org.). **Colcha de retalhos.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CURY, M, C. **Recasamento e filhos adolescentes: um estilo de vida em negociação.** Dissertação de Mestrado. Pontificia Universidade Catolica. PUC – São Paulo. Departamento de Psicologia Clínica, 2008.

DIAS, M. **A construção do casal contemporâneo.** Tese de doutorado. Papel & virtual. Rio de Janeiro, 2000.

DURHAM, E. R. **Família e reprodução humana.** In: DURHAM, E. R. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher 3.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 15-42.

FALCKE, D. **Mães e madrastas. Quem são essas personagens?** Em WAGNER, A. (Org.). **Famílias em cena: tramas, dramas e transformações.** Porto Alegre: Editora Vozes, 2002, P. 77-91.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade.** Estudos de Psicologia (Natal), 8, 2003, p. 367-374.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.1998

FÉRES-CARNEIRO, T. **Aliança e sexualidade no casamento e recasamento contemporâneo**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.3, n.3, 1987.p. 250 261.

FLAMENT, C. **Estrutura e dinâmica das representações sociais**. In D. Jodelet (org.). *As representações sociais*. (pp.173-186). Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001

FLECK, A. C.; WAGNER, A. **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 8, n. spe, 2003 . Disponível em .

GAMACHE, S. **Confronting nuclear family bias in stepfamily research**. *Marriage and Family Review*. vol.26, 1997 n. 1-2, p.41.

GAMEIRO, J. **Os meus, os teus, os nossos: novas formas de família**. Lisboa: Terramar, 1998.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático** (pp. 64- 113). Petrópolis, RJ: Vozes.2002.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed UNESP, 1993

HENRIQUES, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T; MAGALHÃES, A. S. **Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão**. *Paidéia*, São Paulo, v. 16, n.35, p. 327-336, set – dez, 2006.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise no casamento contemporâneo**. Agir, Rio de Janeiro, 1991.

JODELET, D. **Experiência e representações sociais**. In M.S.S. Menin & A.M. Shimizu (orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. (pp. 23-56). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

JODELET. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: D. Jodelet (org) *As representações Sociais*, (pp.17-44). Rio de Janeiro: EDUER, 2002.

JODELET, D.. **A fecundidade da obra “A psicanálise, sua imagem e seu público**. In: In:A.M.de O.Almeida, M. de F. S. Santos, Z. A. Trindade. *Tema das Representações Sociais – 50 anos*. (pp.199 -219). Brasília: UNB, Co-edição com Centro Moscovici., 2011

JODELET, D.. **Folies et représentations sociales**. Paris. Presses Universitaires de France.1989

KUNRATH, L, H. **Recasamento: Novas oportunidades para o espaço conjugal?** *Pensando famílias*, v 10, n1, p.101-102, 2006.

MAGALHÃES, A. S. **Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias.** Em **FÉRES-CARNEIRO, T.** (org). **Casal e Família: permanências e rupturas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 205-217.

MALDONADO, M. T. **Modernidade e paternidade.** Petrópolis. Vozes, 1999.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo. Hucitec, 2004.

MORGAN, D.L. **Focus groups as qualitative research.** 2ªed. California, EUA: Sage Publications, 1997

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** 5 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Prefácio: 50 anos da Teoria das Representações Sociais.** *Temas em Psicologia*, (PP. 11), 2011.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.
SÁ, C.P. **Núcleo Central das Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes. 1996.

OCAMPO, M.L.S. **O processo diagnóstico. As técnicas projetivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

OLIVEIRA, A. L. **“Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica- PUC. São Paulo, 2005.

PENSO. M. A.; COSTA. L. F e FÉRES-CARNEIRO. T. F. **Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal.** *Psicologia. Teoria e pesquisa*, 8, 1992, 495-503.

PERUCCHI, J.; BEIRAO, A. M.. **Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família.** *Psicol. clín.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Dec. 2007 . Available from .

PONCIANO, E.L.T. **História da terapia de família: de Palo Alto ao Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1999.

PONCIANO, E.L.T. **Família nuclear e terapia de família: conexões entre duas histórias.** *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 2002.

PORCHAT, I. **Amor, casamento, separação: a falência de um mito.** Ed. Brasiliense, 1992.

RAMIRES, V. R. R. **As transições familiares: A perspectiva de crianças e pré-adolescentes.** *Psicologia em Estudo*, v.9, n.2, 2004, p. 183-193.

RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, P.B (org). **Vinculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo, Callis, 2003, p. 57.75.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.) A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ/Cortez, 1995. p. 73- 88.

SÁ, C.P. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In Spink, M. J. (org) O Conhecimento do Cotidiano – As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAMARA, E M. **O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: . Acesso em: 04 Out 2013.

SARACENO, C. **Sociologia da família**. Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Terramar, Lisboa, 1996.

SOBRINHO, M.D. **Habitus e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas**. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representações sociais. (pp.117-130). Goiânia: AB.200

SOUZA, R. M. **Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos**. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, v.16, n.3, 2000, p. 203-211.

SOUZA, R. M., & RAMIRES, V. R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, seguindo as crianças**. São Paulo, SP: Summus, 2006.

SPINK, M.J. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (orgs.), *Textos em Representações Sociais* (pp. 117-145). 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.1995

SPRECHER, S. & METTS. **Romantic beliefs: their influence on relationships and patterns of change overtime**. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16 (6), 1999

TRAVIS, S. **construções familiares: Um estudo sobre a Clínica do recasamento**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro:PUC – Departamento de psicologia, 2003

TURATO, E.G. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-qualitativa**. Rio de Janeiro. Petrópolis. Vozes, 2003;

VALA, J. (2000). **Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Cotidiano**. (pp.457-502). In: Vala, J., Monteiro, M. B. *Psicologia Social*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.,2000.

VEIGA DA SILVA, C.E. Partindo alianças, rompendo laços e seguindo em frente: um estudo sobre o processo de separação conjugal. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro. PUC- Departamento de Psicologia, 1997.

WAGNER, A e BANDEIRA, D. **Técnicas de exames psicológicos e suas aplicações no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1996.

WAGNER, A; HALPERN, S.C e BORNHOLDT, E. **Configuração e estrutura familiar: Um estudo comparativo entre famílias originais e recasadas**. Revista Psico, v.30, 1999, p. 63-74.

WAGNER, A., RIBEIRO, L., ARTECHE, A., & BORNHOLDT, E. **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes**. Reflexão e Crítica, v.12, 1999, p.147-146.

WAGNER, A., SARRIERA, J.C. **Características do relacionamento dos adolescentes em famílias originais e reconstituídas**” Em: Féres- Carneiro, T. (org.) Casal e família: entre a tradição e a transformação. Nau Editora, Rio de Janeiro, 1999.

WAGNER, A; SARRIERA, J.C; FALCKE, D E SILVA, C.B. **La relación de los adolescentes con sus familia**. Cuadernos de Terapia Familiar, 35/36, 1997, p.119-129.

WALDEMAR, J. O. **Divórcios e recasamentos: Enfrentando o desconhecido**. Em L. C. Prado (Org.), Famílias e terapeutas construindo caminhos (pp. 174-188). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WALLERSTEIN, J.S e KELLY, J.B. **Sobrevivendo a separação: como os pais lidam com o divórcio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VISHER, E. & VISHER, J. **Old loyalties, new ties**. Brunner/Mazel, New York, 1988.

VISHER, E., VISHER, J., PASLEY, K. **Stepfamily therapy from the client's perspective**. Marriage and Family Review. vol.12, 1997 n.1-2, p.191-207.